



**20 ANOS
ABMES**

**20 ANOS
ABMES**

PRESIDÊNCIA

Presidente – Édson Franco

1º. Vice-presidente – Gabriel Mário Rodrigues

2º. Vice-presidente – Manoel Ceciliano Salles de Almeida

3º. Vice-presidente – Antonio Carbonari Netto

CONSELHO DA PRESIDÊNCIA

Ana Maria Costa de Sousa

André Mendes de Almeida

Cecílio Pinto

Hermes Ferreira Figueiredo

Luiz Eduardo Tostes

Manoel J. F. de Barros Sobrinho

Mauro de Alencar Fecury

Paulo Newton Paiva Ferreira

Paulo Vasconcelos de Paula

Roque Danilo Bersch

Terezinha Cunha

Suplentes

Adonias Costa da Silveira

Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza

Guy Capdeville

Valdir José Lanza

CONSELHO FISCAL

Cláudio Galdiano Cury

Geraldo Casagrande

Jorge Bastos

Ney Soares

Paulo César Martinez y Alonso

Suplentes

Gilbert Wesley Archibald

Manoel Bezerra de Melo

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral – Décio Batista Teixeira

Vice-Diretor Geral – Pedro Chaves dos Santos Filho

Diretor Administrativo – Getúlio Américo Moreira Lopes

Diretor Técnico – Fabrício Vasconcelos Soares

Secretária Executiva

Anna Maria Faria lida

Organização e redação

Cecília Eugenia Rocha Horta

Assessoria

Anna Maria Faria lida

Cecília Eugenia Rocha Horta

Frederico Ribeiro Ramos

Revisão

Sylvia Helena Cyntrão

Projeto Gráfico

GRAU Design gráfico

Fotos

Mario de Souza

Apoio

Arlete Gonçalves Ribeiro

Leandro Rodrigues Uessugue

Marcelo Galdino da Silva

Estagiários

Jamile Costa Sallum

Sóstenes de Sousa Almeida

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

SCS Quadra 07 Bloco A Sala 526

Edifício Torre do Pátio Brasil Shopping

70300-911 – Brasília – DF

Tel.: (61) 322-3252 Fax: (61) 224-4933

E-mail: abmes@abmes.org.br

Home page: <http://www.abmes.org.br>

Sumário

Apresentação	7
ABMES: Ações implementadas e em desenvolvimento	13
Seminários, fóruns e encontros	21
Publicações	29
• Estudos	
• ABMES Cadernos	
• Ensino superior: legislação atualizada	
• Catálogo geral das instituições de ensino superior associadas à ABMES	
• Números do ensino superior privado no Brasil	
• ABMES Notícias	
• Publicações especiais temáticas	
• Apoio a publicações	
Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério	39
Diretoria	49
Instituições mantenedoras associadas	53
Estrutura operacional e espaço físico	59

"(...) só o grupo pode resistir e recompor traços de seu passado. Só a inteligência e o trabalho de um grupo podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência, os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas." *Ecléa Bosi, 1979*

ABM 10 ANOS

Trabalho
1987



20 ANOS ABMES

Apresentação

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), criada na cidade de Brasília, Distrito Federal, a 30 de agosto de 1982, é uma entidade de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem quaisquer finalidades lucrativas, tendo sede e foro na capital da República do Brasil e duração indeterminada. (Art. 1.º do Estatuto da ABMES).

A ABMES abrange, atualmente, no seu quadro de associados, 309 mantenedoras e 448 instituições de ensino superior (IES) mantidas de todo o território nacional.

De acordo com o art. 2.º de seu Estatuto, ora em vigor, a ABMES tem por finalidades:

- I. postular pelos direitos e interesses das instituições associadas ou filiadas;
- II. promover estudos e propor soluções para os problemas relativos ao desenvolvimento e à qualificação do ensino superior;
- III. colaborar com os poderes públicos, visando ao aprimoramento da educação e da cultura, da ciência e da tecnologia, do ensino, da pesquisa e da extensão, nas instituições associadas;
- IV. proporcionar assessoramento pedagógico, administrativo, técnico e jurídico às instituições associadas;
- V. defender as instituições de livre iniciativa na prestação dos serviços educacionais de nível superior;
- VI. organizar e promover congressos, seminários, painéis, fóruns de debates, pesquisas e cursos de especialização e aperfeiçoamento, nas áreas jurídica, administrativa, técnica e pedagógica para as instituições associadas e não-associadas de ensino superior.

Orientada pelos seus objetivos e pelas constantes e provocadoras mudanças na sociedade, em geral, e na área educacional, em particular, a ABMES tem atuado, nesses

vinte anos de sua existência, de forma reconhecidamente relevante, nas áreas acadêmica e política, consolidando, dessa forma, o seu papel de destaque no conjunto dos órgãos representativos das instituições de ensino superior particulares do país.

A ABMES apóia o desenvolvimento de estudos e pesquisas e realiza cursos, seminários, reuniões de trabalho sobre temas de interesse das mantenedoras e das IES, dentre os quais destacam-se: autonomia; acesso; desenvolvimento curricular; valorização dos cursos de formação de professores; avaliação institucional e de cursos; marketing educacional; criação e gestão de mantenedoras e mantidas, sucessão, mensalidades escolares, financiamento e crédito educativo.

Elabora estudos visando a subsidiar a revogação e edição de normas legais, referentes ao ensino superior, de forma a adequá-las à realidade das instituições de ensino superior brasileiras. Neste sentido, a ABMES busca sempre chamar a atenção dos órgãos governamentais para a necessidade de manter coerência entre as normas estabelecidas para o ensino superior particular e os ditames da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em todas essas ações, a ABMES tem contato com a colaboração de seus membros e de renomados representantes não só da comunidade acadêmica como também de órgãos governamentais.

Para subsidiar as mantenedoras e as IES na condução de questões referentes às áreas jurídica e acadêmico-administrativa, a ABMES dispõe de serviço de informação diário e atualizado sobre as normas editadas e de assessoria especializada na área jurídica. Dispõe ainda de página na Internet, constantemente atualizada, contendo as normas legais referentes ao ensino superior, bem como a íntegra de todas as suas publicações.

A linha editorial da ABMES é significativa e presta relevantes serviços aos seus associados e a diversos órgãos da comunidade acadêmica e do governo. Projetos gráficos de excelente qualidade abrigam trabalhos de grande envergadura elaborados por educadores e intelectuais brasileiros. As publicações,



Candido Mendes apresenta ao então ministro da Educação, Marco Maciel, contribuições à Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, em 1985



Reunião da ABMES com membros de entidades congêneres, em 2000

contendo textos e conclusões de todos os seminários realizados, são, em última análise, a marca da ABMES: *Estudos, ABMES Cadernos; Ensino superior: legislação atualizada, ABMES Notícias; Catálogo das instituições de ensino superior associadas; Números do ensino superior particular brasileiro; Série grandes depoimentos*, além das edições especiais temáticas.

A ABMES procura estabelecer formas de integração entre os segmentos representativos das instituições de ensino superior com o propósito de promover a necessária articulação destas com os órgãos executivos governamentais.

Destacam-se, neste particular aspecto, dentre outras, as ações junto às Comissões de Educação do Congresso Nacional; às Comissões Técnicas da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC); ao Fundo de Apoio ao Estudante (Fies). A ABMES promove parcerias com vários órgãos – Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC); Conselho Nacional de Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – visando à qualificação de docentes para o ensino superior; ao aprimoramento da avaliação externa e do processo de credenciamento e reconhecimentos das instituições de ensino superior.

A ABMES tem-se destacado, desde a sua criação, pela apresentação de subsídios à elaboração de políticas para o ensino superior. Para tanto fez-se representar na Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, no governo José Sarney, nos processos de discussão da Constituinte e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na elaboração dos planos de governo Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Mais recentemente, a ABMES organizou um ciclo de debates visando a contribuir para a definição do plano de governo do candidato eleito Luís Inácio Lula da Silva na área da educação superior.



Edson Franco comparece ao Congresso Nacional para discutir as consequências da crise de energia nas instituições, em 2001



Reunião da ABMES com membros do CNPQ e da Finep, Guilherme Brandão, José Baltar e Reinaldo Guimarães, em 2001

Os depoimentos, a seguir, foram enunciados de forma espontânea e, por esse motivo, são especialmente relevantes neste momento em que se comemora 20 anos de trabalhos incansáveis pela causa da educação superior no Brasil:

A ABMES vem prestando excelentes serviços à comunidade acadêmica, por meio de importantes seminários que se constituem espaços de debate sobre a educação no Brasil. Além disso, merece destaque a qualidade da linha editorial da Associação, referência básica às atividades acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior brasileiras. (*Ulysses de Oliveira Panisset, ex- presidente do CNE*)

Gostaria de reconhecer o trabalho extraordinário que as instituições de ensino superior afiliadas a esta Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior estão desenvolvendo; a contribuição importante que dão para o desenvolvimento deste País; a preocupação com a qualidade e a seriedade que emprestam à avaliação. (*Newton Lima Neto – ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos*)

Ao completar 20 anos, a ABMES congratula-se com a comunidade acadêmica a que serve, na certeza de que sua luta pela qualidade do ensino tem dado muitos e reconhecidos frutos. Tal como afirma Ecléa Bosi, “só a inteligência e o trabalho de um grupo podem reconquistar as coisas preciosas (...). Quando não há essa resistência os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas.” A ABMES tem, portanto, plena consciência de que ainda há muito a fazer com a colaboração efetiva de todas as instituições mantenedoras e mantidas, das instituições congêneres e dos demais setores da sociedade ligados à área da educação.

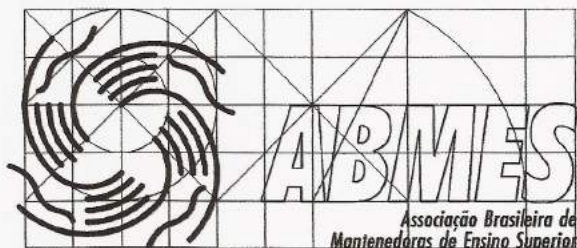
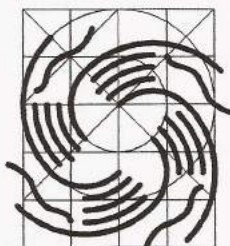
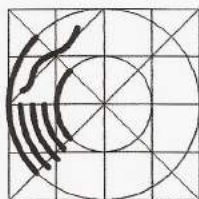
Édson Franco
Presidente



Reunião sobre o Manual de avaliação das condições de ensino com Tancredo Maia, Édson Franco e Jocimar Archangelo, em 2001



Ulysses Panisset, então presidente do CNE, Abílio Baeta Neves, presidente da Capes e Édson Franco, em 2001



1.º lugar: Marisa Maass, Matheus Gorovitz e Frederico Barbosa Jr.



2.º lugar: Andreia Alcântara



ABMES

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

3.º lugar: Fernando Rabello

A Logomarca

Arquitetos, *designers*, professores e estudantes de todo o Brasil participaram do concurso para a criação da atual logomarca da ABMES. Foram apresentados 101 trabalhos de grande qualidade, demonstrando que o Brasil vem crescendo muito nesta área e que a capacidade de criação dos *designers* brasileiros é inesgotável.

A Comissão Julgadora reuniu-se na sede da ABMES no dia 24 de outubro de 1997.

Venceu o concurso o trabalho apresentado pelos arquitetos Marisa Maass, Matheus Gorovitz e Frederico Barbosa Júnior, sendo os dois primeiros professores da Universidade de Brasília. As menções honrosas foram indicadas para os trabalhos de Andreia Alcântara, de São Paulo e de Fernando Rabello, de Brasília.

Segundo Marisa, Matheus e Frederico, "a imagem adotada – "mão" – alude à etimologia da palavra "manter", da qual se origina o termo "mantenedora". Manter, do latim *manutenere*, ter na mão. Entrelaçadas, as mãos correspondem à articulação entre mantenedoras. Traduzem, pois, a natureza da instituição, não no sentido paternalista, mas sim de mútua colaboração da qual resulta a comunhão desejada. A simetria e a modulação conferem o necessário caráter institucional, além de favorecer a memorização reiterada pelo caráter conciso de fonte tipográfica adotada, *Futura Bold Condensed Italic*, sem serifa. O esquema geométrico, ao reunir as partes constituintes num sistema, assinala a racionalidade que distingue, quando corretamente orientada, a organização educacional. O padrão cromático acentua a marca, razão pela qual a sigla se apresenta em cor neutra."



ABMES

Associação
Brasileira de
Proteção de
Técnicos de
Nível Superior



ABMES

Associação
Brasileira de
Proteção de
Técnicos de
Nível Superior



ABMES

Associação
Brasileira de
Proteção de
Técnicos de
Nível Superior

20 ANOS ABMES

ABMES:
ações implementadas
e em desenvolvimento



A Assembléia Geral de Constituição da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), ocorrida a 30 de agosto de 1982, em Brasília, resultou de esforço de um grupo de mantenedores reunidos no 4.º Encontro de Associações de Mantenedores de Ensino Superior realizado no período de 11 a 14 de maio de 1982, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. O objetivo do grupo era o de "organizar nacionalmente uma entidade que os congregasse e que suprisse as insuficiências de representação nacional do segmento particular nas áreas de educação, cultura, ensino e atividades administrativas." Visava ainda a "criar um sindicato do ensino superior do país."

É importante enfatizar e registrar, no momento das comemorações dos 20 anos de criação da ABMES, que as suas finalidades contidas no primeiro Estatuto, votado por ocasião da referida Assembléia, já avançavam para além do objetivo inicial e estabeleciam um esboço do papel que, no futuro, hoje concretizado, desempenharia a Associação. Tal avanço pode ser percebido, com clareza, nas primeiras edições da revista *Estudos* ao registrarem a postura e os princípios orientadores dos membros da Associação diante da conjuntura de época – "preparar-se para uma Constituinte, capaz de consolidar o conceito de democracia, sugerindo profunda revisão na divisão social do trabalho entre União, Estado, municípios e segmentos expressivos da sociedade." Inseria-se neste quadro a preocupação dos mantenedores com a repartição da riqueza financeira – Reforma Tributária – e com o uso da terra – Reforma Agrária – passando, necessariamente, pela preocupação em tornar acessíveis a toda a população os bens culturais e os valores que se adquirem na escola. "O ensino superior particular quer, em suma, dizer a que veio, o que faz, e o que pretende fazer como contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Entende a ABM¹ (...) que o ensino é uma atividade essencialmente social, à qual, pois, o Estado deve prestar todo o seu apoio. Apoiar não significa estatizar, federalizar ou mesmo titular com descabida ingerência". (*Estudos* n. 1, p. 3).

¹ A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior passou a adotar, a partir de 1977, a sigla ABMES, tendo em vista o registro anterior da mesma sigla pela Associação Brasileira de Metalurgia.

Neste sentido, deveria o Estado preocupar-se em promover autêntica democratização do ensino, favorecendo o acesso ao sistema educacional privado e incentivando programas de financiamento – crédito educativo e bolsas de estudos.

A Associação, de acordo com os ideais de seus fundadores, enfatizou como princípio evitar o confronto público versus privado e tornar-se parceira legítima do Estado, somando forças, dividindo tarefas, especializando funções e empolgando os diversos setores da educação, no esforço de levar a educação a todos, sem exceção.

Ao organizar-se, em 1982, a ABMES já demonstrava consciência da liderança do ensino particular no cenário educacional do país que, a partir de 1971, em atendimento ao forte estímulo governamental, buscou dar resposta efetiva à violenta demanda social estudantil então existente. O setor particular aceitou, cresceu, ocupou o espaço que lhe era oferecido. Sua responsabilidade não ficou restrita à manutenção dos cursos de graduação de áreas tradicionais, mas se expandiu igualmente no campo das Ciências Exatas e Tecnológicas e das profissões da Saúde, passando a competir com o setor público na geração de ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional e na prestação às empresas privadas e governamentais.


A mesma política oficial, que estimulou e abriu espaços ao setor particular nos anos 70, passou a dificultar e cercar suas atividades, durante a escalada inflacionária dos anos 80. Não se tratava de simples consequência da crise sócio-econômica. Medidas legais do Governo, como a política de drástica contenção de cursos e vagas, a transformação das anuidades em “semestralidades”, por força da lei dos reajustes semestrais, assim como uma série em cadeia de atos do Conselho Federal de Educação (transferências, remanejamento de vagas, realização de novos exames vestibulares, etc.) desestabilizaram o setor, lançando-o numa situação perigosa, pré-falimentar. Mesmo considerando tais dificuldades, a ABMES tem adotado como premissa básica, “evitar o enfrentamento judicial com os órgãos governamentais, procurando concentrar esforços



Durante o 4.º Encontro de associações de mantenedores de ensino superior, em maio de 1982, foi decidida a criação da ABMES. Na foto, Candido Mendes e Rubem Carlos Ludwig




Encontro de mantenedores com Carlos Chiarelli, em 1985



nas instâncias administrativas". Tal posicionamento mantém-se até hoje como uma das principais características da ABMES na condução de suas ações políticas.

Ao lado de tais trabalhos, a ABMES, por meio de estudos e seminários, aprofundou a compreensão de vários temas, apresentando sempre dados, análises e conclusões de pesquisa e divulgando-os amplamente à comunidade acadêmica. No período compreendido entre 1982 e 1991, as edições da revista *Estudos* reuniram estudos de intelectuais e educadores brasileiros sobre os seguintes temas, dentre outros: o papel da escola particular para além do ensino; os rumos emergentes da educação superior; a educação particular e a Constituição; o financiamento; o peso e o desempenho do setor privado do ensino superior no Brasil; a coexistência com o setor público, a política de ensino superior e a emergência do pluralismo do ensino superior.

A partir de 1991, a avaliação do ensino superior passou a ocupar um espaço de grande importância na ABMES – “A ABMES nasceu com um espírito. Hoje necessita readaptar-se e ter seu novo espaço e caminhar para a avaliação de qualidade”. (Ata da Assembleia Geral Extraordinária da ABMES realizada a 6 de novembro de 1991). Neste sentido, decidiu-se pela criação do Instituto Brasileiro de Qualidade do Ensino Superior (IBQES), “visando a avaliar e a promover a melhoria da qualidade do ensino superior”.



A experiência-piloto do IBQES – avaliar dez instituições de ensino superior particulares que se apresentaram voluntariamente – foi de grande importância, à medida que apontou para dois eixos definidores do papel que hoje a ABMES desempenha. Em primeiro lugar, competiria à ABMES ser uma “instância orientadora e subsidiadora do processo de avaliação” e não uma “instância avaliadora” das instituições associadas. Em segundo lugar, deveria a ABMES vir a ser um espaço catalizador de todas as discussões sobre o ensino superior, e não só da avaliação, por meio da realização de encontros, seminários, reuniões, estudos sobre temas e questões de interesse do segmento particular. Dentro dessa compreensão

ampla, e como caminho natural, a própria ABMES passou a incorporar as ações do IBQES.

Além disso, as ações da Associação continuaram a reforçar, de forma mais sistematizada – e as edições da revista *Estudos*, bem como as demais publicações evidenciam tal esforço – os debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforma constitucional, mensalidades escolares, crédito educativo, avaliação, definição de políticas nacionais de educação superior e fortalecimento das relações com os órgãos governamentais e com os segmentos da rede privada. Pensou também a ABMES em criar uma espécie de “Capes Privada”, idéia que produziria frutos e que evoluiria para a criação da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp)”, a 18 de junho de 1998, destinada a apoiar a pesquisa, a extensão e a pós-graduação das instituições de ensino superior particulares.

Assim é que o Plano de Trabalho da Gestão 1998/2001 estabeleceu um conjunto de ações táticas, capazes de subsidiar o desenvolvimento qualitativo das instituições particulares de ensino superior. O Plano levou em conta, na sua formulação, o crescimento do ensino superior brasileiro particular e sua importância na formação de jovens e adultos, de forma contextualizada, isto é, considerando as dificuldades e as oportunidades com as quais convivem as instituições de ensino superior particulares.

Dentre as dificuldades, destacou-se a falta de confiança da sociedade brasileira em relação às IES e o descompasso entre a lei e a realidade das IES. A legislação reguladora dos serviços educacionais, por exemplo, tem estimulado a inadimplência e levado muitas instituições ao não cumprimento de seus compromissos institucionais. O plano destacou, na área educacional, o escasso apoio à pesquisa e o forte controle do Estado, fundado em indicadores de qualidade que conflituam com a legislação vigente e mantêm um sistema burocrático de tramitação processual obsoleto. Além desses fatores, continua presente a falta de articulação e unidade entre as entidades que representam

as IES, dificultando o desenvolvimento de ações conjuntas e fortalecedoras do sistema de ensino superior particular.

No que se refere às oportunidades para o ensino superior, enfatizou-se não só o crescimento quantitativo do ensino médio no país, determinando um crescimento da demanda pelo ensino superior, como também as oportunidades abertas com as novas modalidades de cursos – seqüenciais, a distância, educação tecnológica e educação continuada e as demandas decorrentes do Mercosul e da prestação de serviços, por meio dos cursos e dos programas de extensão. Acrescem-se a tais fatores a possibilidade das IES virem a ser administradas como empresas, abrindo espaços para o oferecimento de alternativas de gerenciamento dos serviços educacionais.

Na área acadêmica, a ABMES deu continuidade ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre temas de interesse das IES; realizou cursos, seminários, reuniões de trabalho e aumentou, de forma expressiva, sua linha editorial. Tal linha de ação continuou a contar com a valiosa colaboração de renomados representantes da comunidade acadêmica e dos órgãos governamentais.

A ABMES iniciou, na gestão 1998/2001, ações concretas de assessoramento às IES na área de avaliação (auto-avaliação e avaliação externa), contribuindo, de forma expressiva, para o estabelecimento de indicadores de qualidade, visando à qualificação do corpo docente e técnico das instituições de ensino superior particular e à preparação delas para o processo de recredenciamento. Neste particular aspecto, encaminhou à Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC) e ao Conselho Nacional de Educação (CNE) um conjunto de sugestões de diretrizes para o processo de avaliação externa com vistas ao recredenciamento das instituições de ensino superior, além de sugestões à definição de diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Apoiou pesquisas sobre o ensino superior particular e o território brasileiro; definiu o perfil de suas associadas (com dados estatísticos e cadastrais oriundos do Instituto



Encontro de membros da ABMES, Abesc, Anup e Crub com o ministro da Educação, Murílio Hingel, em 1992



Presidentes da ABMES, do Crub e o então deputado, Severiano Alves na Comissão da Educação da Câmara dos Deputados, em 1997



Roberto Dornas, Eunice Durham e Édson Franco discutem o Plano Nacional de Educação na sede da ABMES, em 1997



Reunião na Câmara dos Deputados sobre mensalidades escolares, coordenada pela então deputada Marisa Serrano, em 1999



Membros do Inep e da SESu/MEC, Orlando Pilati e Cid Gesteira, discutem o Plano de desenvolvimento institucional das IES, em 2000



Ulysses Panisset e Édson Franco durante o Encontro sobre formação de professores, em 2000

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — Inep e da Secretaria da Educação Superior — SESu/MEC) e organizou, numa publicação específica, os números do ensino superior particular brasileiro. A ABMES fez-se representar em vários grupos de trabalho do Ministério da Educação para discutir questões referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ao Fundo de Apoio ao Estudante do Ensino Superior (Fies), ao Sistema Integrado de Informação Educacionais da Educação Superior (Sied-Sup) e às mensalidades escolares.

A atuação da ABMES na área política foi também expressiva. A integração entre instituições congêneras e destas com os órgãos executivos governamentais, buscou sempre preservar a necessária coerência entre as normas estabelecidas para o ensino superior particular e os ditames da Constituição e da LDB. Os documentos produzidos nesta gestão apresentaram subsídios para a alteração de normas legais (medidas provisórias das mensalidades escolares e decretos); fundamentaram a assinatura de convênio com órgãos governamentais e com a Funadesp, visando à qualificação de docentes para o ensino superior; incentivaram a criação de sistemas internos de crédito educativo nas IES particulares.

A ABMES atuou de forma decisiva na criação do Instituto UVB (Universidade Virtual Brasileira), com o objetivo de ministrar cursos a distância para alunos de todo o país. Além disso, apoiou a Funadesp no desenvolvimento de ações diretamente ligadas às pró-reitorias e/ou coordenações de pesquisa e pós-graduação das IES particulares.

Após vinte anos de sua criação, a ABMES constata, ainda, no cenário educacional brasileiro, de um lado, a falta de confiança da sociedade brasileira em relação às instituições de ensino superior particulares. De outro, o descompasso entre a lei e a realidade, isto é, a profusão de normas tem gerado um forte controle governamental, fundado em indicadores de qualidade que vão “de encontro” à legislação vigente, tendo como pano de fundo um sistema burocrático de tramitação processual obsoleto. Assim, o “Plano de Trabalho 2001/2004”, tem como propósito



Édson Franco, Éfrem Mâranhão e Maria Helena Guimarães de Castro, em 2001



Eunice Durham, Luis Eduardo Tostes, Glacy Zancan e Renato Janine Ribeiro, em 2001



Newton Lima Neto, Carlos Maldonado, Antonio Gois, Édson Franco, Maria Helena Guimarães de Castro e Wanderley de Souza, em 2001

geral aprofundar as reflexões sobre os cenários dessas mudanças, sobre os limites e as possibilidades das IES particulares. Defrontam-se as IES particulares neste início de século e de novo governo com um conjunto de problemas sérios e de difícil solução tais como: redução de poder aquisitivo da classe média, desemprego e ameaça de recessão. A chegada ao patamar universitário das camadas populacionais cada vez menos aquinhoadas de recursos, passa a exigir postura governamental de financiamento muito mais audaciosa do que a ocorrente.


É preciso estudar propostas que busquem fortalecer o ensino de graduação, bem como sua distribuição territorial, tendo como referência a responsabilidade social da IES, os padrões éticos e os novos formatos que devem nortear a oferta de cursos e as relações entre as instituições, evitando-se os efeitos da "antropofagia" (todo mundo fazendo a mesma coisa) e, cada vez mais, sendo criadas instituições iguais.

Do mesmo modo, é preciso expandir a pós-graduação e a pesquisa e contar com maior volume de recursos para melhor financiar tais atividades e incentivar o mestrado profissional em docência.

Proposições da ABMES ao novo governo

A ABMES encaminhou aos principais candidatos à presidência da República, em agosto de 2002, um conjunto de proposições resultantes do "Ciclo de Debates sobre Políticas Públicas de Educação Superior" ocorrido no período de 3 de abril a 5 de junho de 2002, em Brasília. Em tal documento a Associação explicitou os pontos considerados fundamentais para a definição de políticas públicas de ensino superior que, linhas gerais, são os seguintes:

- **legislação, autonomia e regulação:** restabelecimento dos princípios gerais de descentralização, autonomia e federalismo cooperativo; consolidação da legislação educacional, por meio da revisão da LDB, especialmente



no que respeita ao artigo 46, visando a conceder tratamento similar ao ensino público e privado e a evitar as medidas que reforçam o centralismo, a função credenciadora e a tradicional postura intervencionista e burocrática do Estado;

- **expansão, financiamento e equidade:** garantia de acesso ao ensino superior aos jovens e adultos na faixa etária de 18 a 24 anos; restabelecimento de uma política de expansão capaz de superar as desigualdades de acesso e os desequilíbrios de oferta nas diferentes regiões do país; implantação de novas modalidades de IES; revisão e inovação no processo de financiamento do estudante e ampliação do volume de recursos do Fies com a participação da sociedade (IES, empresas, organizações sociais e FGTS);

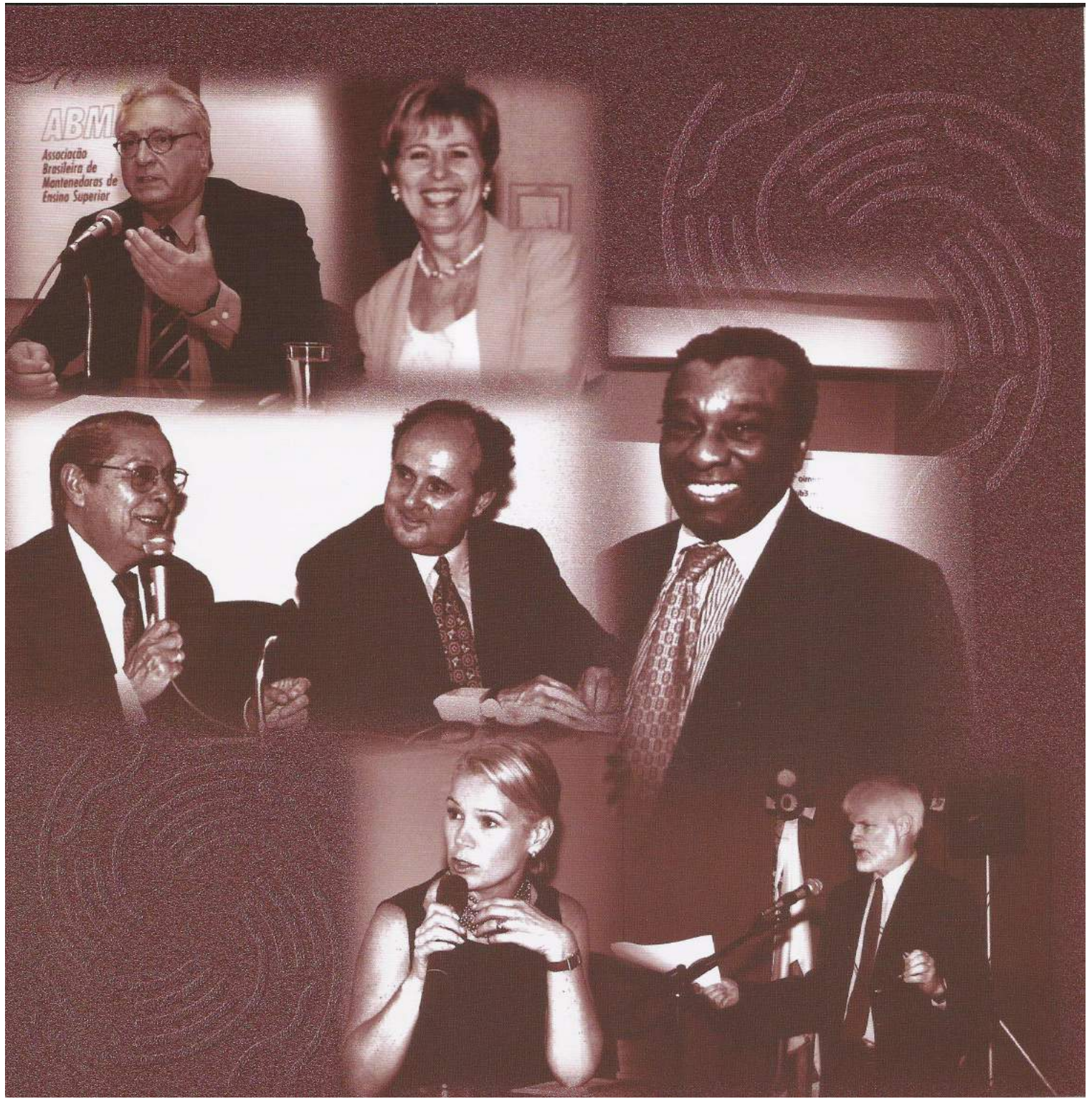
- **avaliação, gestão e qualidade:** revisão da metodologia do Exame Nacional de Cursos (ENC) e inclusão no histórico escolar da nota obtida pelo aluno no ENC; revitalização do Programa de Avaliação Institucional da Universidades Brasileiras (Paiub), fortalecendo o processo de avaliação das IES, tendo como referências o projeto institucional e o plano de desenvolvimento institucional; transformação da avaliação em um processo transparente, público e participativo; estímulo ao desenvolvimento de avaliações sérias e criteriosas feitas por outros órgãos da sociedade.

- **pós-graduação:** formulação de políticas claras e precisas de formação pós-graduada para atender às necessidades do país, acolhendo novas formas de capacitação de recursos humanos de alto nível, tendo em vista as demandas diversificadas e as transformações que ocorrem no sistema educacional e na sociedade como um todo.

A ABMES tem o firme propósito de manter sempre acesa a chama das reflexões e dos debates com o envolvimento das entidades associadas, de setores representativos dos órgãos governamentais, do Congresso Nacional e da comunidade acadêmica.

ABM

Associação
Brasileira de
Mantenedoras de
Ensino Superior



20 ANOS ABMES

Seminários, fóruns e encontros

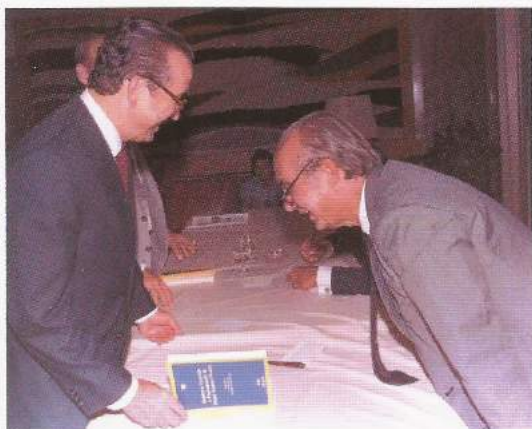
Os seminários, os fóruns, os encontros e as reuniões de trabalho representam espaços de discussão de temas e questões de interesse específico das instituições mantenedoras e mantidas.

No período de 1982 a 2002, a ABMES realizou um grande número deles, de acordo com a relação que se segue:

- "1.º Encontro da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior". Debate de uma nova postura do ensino privado em termos de qualidade, expansão e financiamento. Deste seminário resultou a publicação *Qualidade, Expansão e Financiamento do Ensino Superior*, lançada em 1984, em Brasília, contendo textos de especialistas nas áreas citadas. Novembro de 1983, em Brasília.
- Seminário "Muda Brasil". Subsídios ao governo Tancredo Neves. 6 de novembro de 1984, em Brasília.
- Seminário "Educador, empresário social". Junho de 1985, em Brasília.
- Seminário "Rumos emergentes da educação superior". Defesa do regime econômico na iniciativa educacional privada; avaliação da qualidade do ensino superior nas escolas particulares. 30 de novembro de 1988, em Brasília.
- "II Seminário de administração universitária – a universidade no próximo milênio". 4 a 6 de novembro de 1991, em Brasília.
- "1.º Seminário brasileiro de marketing educacional". 21 e 22 de novembro de 1991, em São Paulo, SP.
- Reunião de trabalho sobre o tema "O ensino superior e a formação para o magistério". Análise de documentos produzidos pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Federal de Educação e pelas IES sobre o assunto. Setembro de 1991, em Brasília.
- Fórum de debates sobre o tema "Desequilíbrios na procura ao ensino superior". 1.º de abril de 1992, em Brasília.



"1º encontro da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior": João Herculino, Candido Mendes e Fernando Henrique Cardoso, em 1984



Heitor Gurgulino e Candido Mendes, em 1984



Paulo Newton Paiva, Candido Mendes e João Carlos Schmitz apresentam contribuições ao Plano de Governo Tancredo Neves, em 1984



- "Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino". Reflexões sobre as possibilidades do projeto, como instrumento de melhoria e avaliação de qualidade de ensino. 15 e 16 de junho de 1992, em São Paulo, SP.

- Reunião de trabalho com as instituições de ensino superior avaliadas pelo IBQES. Análise crítica da atuação do Instituto, visando ao redimensionamento de suas ações. 12 de outubro de 1992, em Brasília.

- Seminário "Desafio dos sucessores na empresa familiar". Empresa de ensino privado; dinâmica da empresa familiar. 1º e 2 de julho de 1993, em Belo Horizonte, MG.

- I Fórum de debates sobre "Sucessão na empresa familiar". Conceituação de entidades sem fins lucrativos; aspectos fiscais e tributários; relação entre mantenedoras e mantidas; sucessão sem traumas. 5 e 6 de outubro de 1993, em Brasília.

- Fórum do ensino superior particular brasileiro – "Papel das instituições de ensino superior: pluralismo e diversidade". Estado e ensino superior, busca de novos espaços aliados para as IES; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. 15 a 17 de setembro de 1994, em Teresópolis, RJ.

- Reunião "Qualidade dos cursos de Direito". 8 de junho de 1994, em Brasília.

- "Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia". Novas bases para a educação; identificação de grupos e núcleos de estudos; construção de uma rede de conhecimentos sobre integração regional. 24 e 25 de agosto de 1995, São Paulo, SP.

- Seminário "Contribuições à definição de uma política para o ensino superior". 28 e 29 de janeiro de 1997, em Brasília.



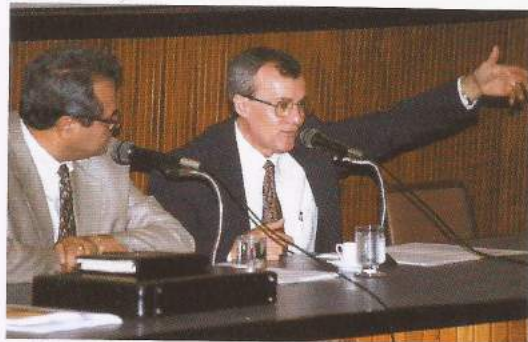
- “Democratização do acesso ao ensino superior: uma questão política e um problema metodológico”. 9 de abril de 1997, em Brasília.
- “O Decreto n.º 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo?” Conseqüências desta norma na autonomia das IES e no desenvolvimento do trabalho acadêmico. 7 de maio de 1997, em Brasília.
- “A construção do projeto dos centros universitários: orientações do MEC e realidade nas escolas”. Aspectos administrativos, pedagógicos e legais dos centros. 7 de agosto de 1997, em Brasília.
- “Por uma educação de qualidade para todos”. Contribuições concretas ao Plano Nacional de Educação. 14 de outubro de 1997, em Brasília.
- “Diretrizes curriculares dos cursos de Administração, Pedagogia e Processamento de Dados”. 28 de janeiro de 1998; “Diretrizes curriculares dos cursos de Direito, Ciências Econômicas e Engenharia”. 17 de fevereiro de 1998; “Diretrizes curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis e Comunicação Social”. 11 de março de 1998. Todos esses encontros foram realizados em Brasília.
- “Desafios para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade”. Evolução do ensino superior particular – papel, problemas, oportunidades e expectativas. 7, 8 e 9 de dezembro de 1998, em São Paulo, SP.
- “Problemas brasileiros têm solução?” Análise do panorama de mudanças e as suas conseqüências para o país. 16 de fevereiro de 1999, em Brasília.
- Curso “Novas estratégias de marketing para conquistar e manter alunos nas instituições educacionais”. 6 e 7 de abril de 1999, em Brasília.



Seminário “Educador, empresário social”, em 1985



Seminários “Rumos emergentes da educação superior”, em 1988. Na foto, Luiz Otávio Moraes de Souza Carmo, Claudio Neiva, Ernane Bayer, Cândido Mendes, Édson Franco e Ronald Braga



Paulo Newton Paiva e Ildeu Moreira Coelho participam de reunião de trabalho “O ensino superior e a formação para o magistério”, em 1991

- “Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudança. Avaliação das ações das comissões de especialistas e elaboração de relatório final à SESu/MEC e ao Conselho Nacional de Educação. 18 e 19 de maio de 1999, em Brasília.

- “Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias”. Análise da política governamental, das bases legais e de suas implicações para a EAD. 8 e 9 de junho de 1999, em Brasília.

- “Censo do ensino superior e perspectivas para o novo milênio”. O evento discutiu os temas expansão do ensino, filantropia e Fundo de Apoio ao Estudante do Ensino Superior (Fies). 10 de agosto de 1999, em Brasília.

- “Universidades, centros universitários e instituições não-universitárias: concorrência e autonomia”. Política do MEC em relação às IES. 14 de setembro de 1999, em Brasília.

- “Sucessão nas empresas familiares”. 9 de novembro de 1999, em Belém, PA.

- “Financiamento do ensino superior particular”. Possibilidades de financiamento a programas e projetos das IES; alternativas de apoio ao estudante e aos cursos de graduação. 7 de dezembro de 1999, em Brasília.

- Painel “Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica”. Papel do Estado na edição de normas legais e conseqüências para as IES. 14 de fevereiro de 2000, em Brasília.

- “I Seminário sobre formação de professores”. Determinações legais referentes à formação de professores. 14 de março de 2000, em Brasília.

- “Discussão e elaboração de planos de desenvolvimento nas IES”. Adequação do processo de avaliação externa à realidade do ensino superior brasileiro. 5 de abril de 2000, em Brasília.



“Desafios da educação no século XXI – integração regional, ciência e tecnologia”: Vera Gissoni e Milton Santos, em 1995



“Por uma educação de qualidade para todos”: Paes Landim, Raulino Tramontin e Gabriel Mário Rodrigues, em 1997



“Diretrizes curriculares do curso de Comunicação Social”: Édson Franco, Eduardo Coelho, José Marques de Melo e Rubens Martins, em 1998



"Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias", em 1999



"Sucessão na empresa familiar": curso ministrado por João Bosco Lodi, em 1999



"2º Seminário sobre formação de professores": Édson Franco, Éfrem Maranhão e Maria Helena Guimarães de Castro, em 2000

- "Cursos seqüenciais: limites e possibilidades". Dificuldades criadas com a edição da Portaria n.º 482/00 – interferências na liberdade das IES e na definição de critérios de acesso. 6 de junho de 2000, em Brasília.
- "II Seminário sobre Formação de professores e os Institutos Superiores de Educação". Discussão da proposta do Instituto Superior de Educação e do Curso Normal Superior. 5 e 6 de julho de 2000, em Brasília.
- "Avaliação dos cursos de Administração". Análise crítica do modelo do MEC para a avaliação dos cursos de Administração, aplicado pelo MEC. 9 de agosto de 2000, em Brasília.
- "Seminário sobre os cursos de Direito". Perfil, formação e mercado de trabalho do advogado; parâmetros de avaliação dos cursos de graduação. 13 de setembro de 2000, em Brasília.
- "Institucionalização da pesquisa nas IES particulares: a construção do conhecimento, da cidadania e da qualidade". Pesquisa nas IES particulares; políticas de fomento à pesquisa; criação e gestão de núcleos de pesquisa nas IES particulares. 4 e 5 de dezembro de 2000, em Brasília.
- "Avaliação externa, auto-avaliação e recondução: interfaces e convergências". Processos de avaliação do MEC e suas interfaces com a auto-avaliação. 7 e 8 de novembro de 2000, em Brasília.
- "Os novos rumos da avaliação do ensino superior". Novas atribuições do Inep na área da avaliação do ensino superior. 13 de março de 2001, em Brasília.
- Seminário "Supervisão e avaliação no contexto de mudanças no MEC". Papel da SESu/MEC nos processos de autorização, reconhecimento, credenciamento e recondução das instituições e de cursos. 3 de abril de 2001, em Brasília.

- “Top Educacional 2000: inovações no ensino superior”. Participação dos coordenadores do projeto vencedor e das menções honrosas do concurso 2000. 8 de maio de 2001, em Brasília.

- “Curso de avaliação institucional”. Bases teóricas e práticas da avaliação. 6 e 7 de junho de 2001, em Brasília.

- “Decreto n.º 3.860/01: conteúdo e implicações”. Discussão do conteúdo polêmico das suas disposições sobre a organização do ensino superior. 8 de agosto de 2001, em Brasília.

- Curso “Universidade permanente”. Atualização de dirigentes e gestores das instituições associadas. 11 e 12 de setembro de 2001, em Brasília.

- “Seminário sobre cursos seqüenciais”. Política nacional, caracterização geral dos cursos. 7 de novembro de 2001, em Brasília.

- “Organização pedagógica e curricular dos cursos superiores: oferta de disciplinas não presenciais”. Discussão da Portaria n.º 2.553/01 (introdução nos currículos de disciplinas não presenciais). 11 e 12 de dezembro de 2001, em Brasília.

- “Projeto institucional: instrumento orientador da qualidade e da avaliação das IES”. Papel dos órgãos governamentais como instâncias incentivadoras da construção do projeto institucional das IES. 30 de janeiro de 2002, em Brasília.

- “Manual de avaliação das condições de ensino”. Discussão do conteúdo do referido documento do Inep/MEC, 12 de março de 2002, em Brasília.

- “Ciclo de debates sobre políticas públicas de educação superior” promovido pela ABMES e Funadesp. Iniciou-se a 3 de abril de 2002 com o primeiro seminário “Balanço de sete anos de políticas públicas de educação superior:



“2.º Seminário sobre formação de professores”, em 2000



“Seminário sobre cursos seqüenciais”, em 2000



“Curso Universidade permanente”: Cristovam Buarque e Édson Franco, em 2001



José Roberto Covac, João Roberto Moreira Alves, Gabriel Rodrigues, Celso Frauches e Nina Ranieri discutem o Decreto 3.860/01, em 2001



"Curso de avaliação institucional": Antonio Carbonari, José Dias Sobrinho, Mara De Sordi e Édson Franco, em 2001



"Ciclo de debates sobre políticas públicas de educação superior": Almir de Souza Maia, Paulo Newton Paiva, Pe. Jesus Hortal, em 2002

realizações e lacunas", em Brasília. O Ciclo prosseguiu com dois outros seminários – "Desafios e propostas para uma agenda de políticas públicas de educação superior na primeira década do milênio" a 4 e 5 de junho e "Debate com os presidentiáveis" a 6 de agosto. Tais eventos visaram, respectivamente, a compor uma agenda de propostas para a próxima década e a apresentar subsídios aos planos de trabalho dos candidatos à presidência da República na área da educação superior, em Brasília.

- Mesa-redonda "Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão". Criação e gerenciamento de mantenedoras e mantidas. 3 de setembro de 2002, em Brasília.
- Curso "Mantenedoras e mantidas: duas entidades e dois esquemas de gestão". Aprofundamento da discussão temas referentes à constituição e administração de entidades mantenedoras e mantidas. 5 e 6 de novembro de 2002, em Brasília.



Roque Danilo Bersch, Andréa Tostes Fernandes, Édson Franco e Abib Cury discutem a relação entre mantenedoras e mantidas, em 2002



20 ANOS ABMES

Publicações

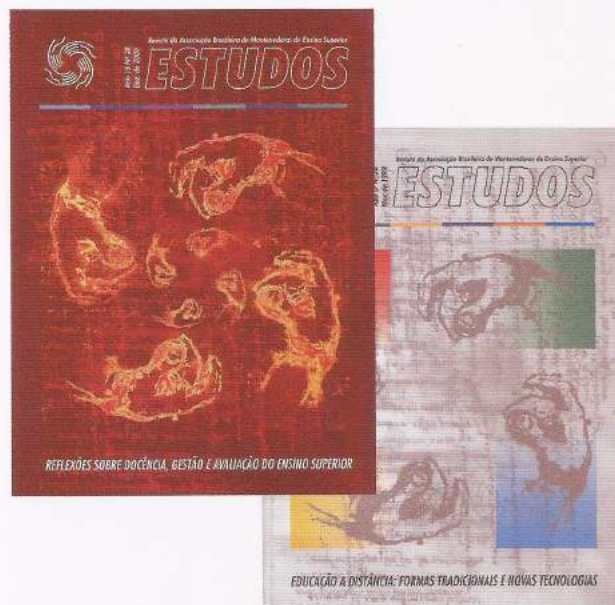
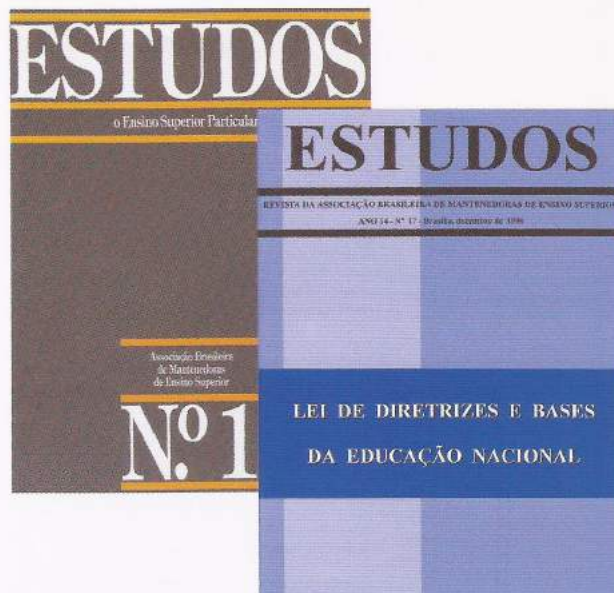
Estudos

Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Criada e editada pela ABMES em 1982, com uma tiragem de 1.500 exemplares. A publicação tem como objetivo reunir trabalhos sobre grandes temas educacionais, elaborados por profissionais reconhecidos nacionalmente, como subsídio ao aprofundamento de debates e de reflexões no interior das instituições de ensino superior brasileiras.

Os números já editados, seguidos das respectivas resenhas, são os seguintes:

- “O ensino superior particular”. O que é o ensino superior particular, sua história e propósitos, seus números; a escola particular e a sociedade; a pesquisa e a extensão no ensino superior particular e o ensino superior particular no Brasil. (*Estudos* n.1)
- “O ensino privado e o poder público”. Reúne temas que se revelam críticos para o ensino privado. Subjacente a toda a discussão, está a questão central da convivência com o Estado e com o ensino público. (*Estudos* n.2)
- “Subsídios à Comissão Nacional de Reformulação de Educação Superior — Exposição do Professor Candido Mendes”. O papel do ensino superior particular e o seu desempenho no Brasil; a coexistência com o setor público; a política pública do ensino superior; a emergência do pluralismo do ensino superior e o regime *ad intra* da atividade privada de interesse social. (*Estudos* n.3)
- “O clandestino direito de educar”. Aborda os temas — educadores privados e comunitários: dicotomia insinuada, a ambigüidade institucionalizada, o educador, empresário social, a economia perversa e preços políticos. (*Estudos* n.4)
- “O que faz a escola particular para além do ensino”. Apresenta dados, análises e conclusões da pesquisa sobre o ensino superior privado. (*Estudos* n.5)

- “Avaliação da qualidade do ensino na escola superior particular”. Analisa de forma aprofundada o processo de avaliação institucional, solidificando alguns conceitos com respeito à avaliação e estimulando as IES a repensarem a questão. (*Estudos* n.6)
- “Rumos emergentes da educação superior”. Reúne relatórios das atividades da ABM; trabalhos sobre avaliação de qualidade do ensino superior nas escolas particulares e experiências de avaliação do ensino superior. (*Estudos* n.7)
- “Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior – projeto de criação”. Apresenta o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Qualificação do Ensino Superior (IBQES), destacando os seguintes itens: objetivos gerais e específicos; produtos; organização e funcionamento; implantação, orçamento, fontes de recursos, metodologia, planos de trabalho e metas. (*Estudos* n.8)
- “Por uma educação desmistificada e livre”. Perspectiva da educação no programa do governo Collor; Estado e Sociedade; sócios do direito de ensino; mobilização institucional de um novo capital; o programa e a lei: os novos rumos de educação e os critérios emergentes da regulação constitucional. (*Estudos* n.9)
- “A nova Carta Magna e o direito de educar da iniciativa privada”. Apresenta reflexões sobre a nova perspectiva aberta ao ensino particular no plano da educação pela Carta Magna promulgada a 5 de outubro de 1988. (*Estudos* n.10)
- “Perfil do aluno e do profissional no ensino superior particular”. Pesquisa sobre o perfil do aluno e do profissional formado pela escola privada. (*Estudos* n.11)
- “O destino da universidade”. Ensaio de Cristovam Buarque sobre o destino da universidade, abordando os temas: contemporaneidade e crise; universidade sem fronteiras; compromisso com a qualidade, integração com a sociedade. (*Estudos* n.12, ago. 1991)



- “Projeto pedagógico como referência à avaliação do ensino”. Reúne textos sobre aspectos teóricos e práticos da construção do projeto pedagógico das IES. (*Estudos* n. 13, jun. 1992)
- “O papel das instituições de ensino superior: pluralis-mo”. Reúne os seguintes textos: papel do estado frente ao ensino público e particular: relação mantenedora e mantida, autonomia e gestão; ensino, pesquisa e expansão: indissociabilidade e interdisciplinaridade; projeto institucional na busca de novos espaços e aliados para as IES: escola e comunidade, escola e empresa. (*Estudos* n. 14, dez.1994)
- “A questão da expansão no ensino superior brasileiro”. Aborda a expansão do ensino superior brasileiro; as políticas e mecanismos de controle da expansão, os fatores limitantes e o novo contexto educacional. (*Estudos* n. 15, jul. 1996)
- “Autonomia universitária”. Contém textos sobre gestão e autonomia universitárias; qualidade como requisito para o exercício da autonomia universitária; o ensino superior e o desafio da globalização; autonomia: a receita do Banco Mundial. (*Estudos* n. 16, nov. 1996)
- “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (*Estudos* n. 17, dez. 1996)
- “Contribuições à definição de uma nova política de ensino superior”. Edição reunindo os temas: LDB e a responsabilidade social das instituições universitárias; a expansão do ensino superior; o desenvolvimento da pesquisa nas instituições universitárias; ensino particular, gestão, financiamento e avaliação de qualidade nas instituições universitárias. (*Estudos* n.18, fev. 1997)
- “O Decreto n.º 2.207/97 e a LDB: avanço ou recuo?” Seminário orientado para a discussão e a compreensão do citado Decreto, visando a orientar as instituições de ensino superior nas suas possíveis opções de organização

institucional e de desenvolvimento do trabalho acadêmico. (*Estudos* n.19, Jun. 1997)


- “A construção do projeto de centros universitários: orientações do MEC e realidade das escolas”. Contém textos sobre centros universitários – aspectos legais, pedagógicos e administrativos, autonomia e pesquisa. (*Estudos* n. 20, ago. 1997)
- “Por uma educação de qualidade para todos”. Os textos reunidos na edição versam sobre autonomia, expansão, acesso e avaliação, dentre outros, e fundamentaram a elaboração de subsídios ao Plano Nacional de Educação. (*Estudos* n. 21, out. 1997)
- “Diretrizes curriculares para os cursos de graduação”. Reúne textos sobre o desenvolvimento curricular dos cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia, Pedagogia e Processamento de Dados. (*Estudos* n. 22, abr. 1998)
- “O credenciamento e a situação atual das IES: capacitação docente, pesquisa e avaliação”. Recredenciamento (aspectos legais e realidade das IES); evolução do sistema de pós-graduação no Brasil; perspectivas e alternativas da pesquisa nas IES não-universitárias; desafios do ensino de graduação. (*Estudos* n. 23, nov. 1998)
- “Desafios e caminhos para a construção do projeto institucional das IES em tempos de avaliação de qualidade”. Heterogeneidade e qualidade: desafios para o ensino superior privado; projeto pedagógico como referência à gestão e à avaliação. (*Estudos* n. 24, jun. 1999)
- “Diretrizes curriculares: possibilidades de flexibilização e mudanças”. Currículo mínimo rumo às diretrizes curriculares; comissões de especialistas e realidade das IES; padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos; estudo comparativo das determinações das comissões de especialistas. (*Estudos* n. 25, ago. 1999)

- “Educação a distância: formas tradicionais e novas tecnologias”. Bases legais, perspectivas históricas da educação a distância; limites e possibilidades da universidade virtual: experiência das instituições brasileiras na área de educação a distância. (*Estudos* n. 26, nov. 1999)
- “Financiamento do ensino superior particular”. Análises das possibilidades de financiar programas e projetos das IES e de conhecer alternativas de apoio ao estudante e aos cursos de graduação. (*Estudos* n. 27, maio, 2000)
- “Reflexões sobre docência, gestão e avaliação do ensino superior”. Formação de professores e os institutos superiores de educação; auto-avaliação institucional; panorama da pesquisa e da pós-graduação no Brasil; análise crítica da avaliação pelo Exame Nacional de Cursos (Administração); papel dos coordenadores dos cursos de graduação. (*Estudos* n. 28, dez. 2000)
- “Organização do ensino superior e qualidade de cursos e instituições”. Reúne textos sobre universidades e centros Universitários, excelência e qualificação para o ensino. (*Estudos* n. 29, jul. 2001)
- “Cursos superiores de formação específica: uma experiência que promete”. Trabalhos de especialistas sobre as experiências pioneiras na Universidade Anhembi Morumbi e na Universidade de Salvador na implementação dos cursos seqüenciais. (*Estudos* n. 30, maio 2002)

ABMES Cadernos

- “A Técnica em nossos dias — a instrução e a educação”, de Milton Santos. O trabalho contém um quadro esclarecedor sobre as técnicas neste final de século e uma análise da associação (e dos ganhos) da técnica com a ciência, responsável pela grande revolução tecnológica e pela instalação, na atualidade, da era da informação. (*ABMES Cadernos* 1, out. 1998)





● “Ocupação, emprego, programação escolar”, de João Jesus de Salles Puppo. A experiência do autor sobre a matéria resgata neste trabalho o processo de construção da “Classificação Brasileira de Ocupações” (CBO), vinculando-a à reforma institucional que a LDB trouxe ao mundo do trabalho e à universidade. (*ABMES Cadernos 2*, maio, 1999)

● “Reflexões sobre as implicações da legislação de ensino na vida acadêmica”, de Nina Beatriz Stocco Ranieri. A autora analisa, com rigor científico, a presença, o peso, o controle e as dimensões da intervenção do Estado na educação superior, por meio da edição de leis, decretos, medidas provisórias, resoluções e portarias com inevitáveis restrições para iniciativa privada, para os sistemas estaduais e para as próprias instituições de ensino superior. (*ABMES Cadernos 3*, set. 1999)

● “Prêmio Top Educacional Mário Palmério 1999”. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas: Projeto pedagógico do curso de Medicina da Universidade São Francisco; O jornal-laboratório “Revelação” e a humanização da narrativa jornalística; Integração da universidade com a comunidade regional: pólo de modernização tecnológica do Vale do Rio Pardo. (*ABMES Cadernos 4*, mar. 2000)

● “Legislação do ensino superior em 1999: uma visão crítica”, de Silvino Lopes Neto e Sérgio Amaral Campello. Os autores destacam o importante papel da legislação na fundamentação, na organização e na funcionalidade da educação brasileira. Buscam explicar a “febre legiferante brasileira”, retomando a origem romanística do nosso sistema jurídico; a instabilidade política da história do Brasil, as dimensões do país e a heterogeneidade regional, gerando a preocupação centralizada do poder da União estimulada pelo poder presidencialista, eminentemente centralizador. (*ABMES Cadernos 5*, nov. 2000)

● “Prêmio Top Educacional Mário Palmério 2000”. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas

em 2000: A implantação da cultura da pesquisa na Universidade Mogi das Cruzes; Ser acadêmico — Centro de apoio aos deficientes; A integração dos sistemas de avaliação interna e externa como instrumento de tomada de decisão. (*ABMES Cadernos 6*, maio 2001)

● “Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2001”. Contém artigos dos coordenadores das propostas premiadas em 2001: A Universidade por um trânsito mais humano; A extensão no Unileste/MG a serviço da vida: evidências de uma prática comunitária. (*ABMES Cadernos 7*, maio 2001)

● “Funções do coordenador do curso: como construir o coordenador ideal”. Com base na sua vasta experiência profissional, tanto como professor quanto dirigente da Universidade da Amazônia (Unama), Édson Franco reúne neste trabalho suas idéias sobre o perfil ideal do mentor d projeto pedagógico do curso — o coordenador do curso — para que ele possa desempenhar as funções que dele se espera. (*ABMES Cadernos 8*, maio de 2002)

Legislação do Ensino Superior

Edição anual das normas referentes ao ensino superior que se seguiram à Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Inclui também as normas anteriores à LDB que estão ainda em vigor. Trata-se de uma fonte bem organizada de consulta sobre o tema. As edições abaixo relacionadas são acompanhadas de completo Índice Analítico:

● *Ensino Superior: Legislação Atualizada*, 2/1998, mar. 1999.

● *Ensino Superior: Legislação Atualizada*, 3/1999, fev. 2000.

● *Ensino Superior: Legislação Atualizada*, 4/2000, maio 2001.

● *Ensino Superior: Legislação Atualizada*, 5/2001, maio 2002.

Catálogo Geral das IES Associadas a ABMES

O *Catálogo* reúne os dados cadastrais das instituições mantenedoras associadas à ABMES de suas respectivas mantidas e, destas, as informações relativas aos cursos de graduação, seqüenciais, de especialização, de mestrado e de doutorado. Ao lado da organização expressiva de dados, as edições contêm listagem completa das universidades e dos centros universitários brasileiros, públicos e privados. Trata-se, em última análise, de um retrato atual da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior que, em 1994, tal como registrou o primeiro *Catálogo*, era constituída de 184 associadas e hoje possui 320 instituições mantenedoras, demonstrando um aumento de 74% em seu quadro.

Na elaboração dos *Catálogos*, abaixo relacionados, a ABMES contou com a colaboração da Diretoria de Informações e Educacionais/ Coordenação Geral de Estatísticas da Educação Superior do Inep-MEC.

- *Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES* n. 1/ ano 1994.
- *Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES* n. 2/ ano 1997.
- *Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES* n. 3/ ano 1999.
- *Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à ABMES* n. 4, 2002.

Números do ensino superior privado no Brasil

Trabalho elaborado pela ABMES com o propósito de demonstrar as dimensões do ensino superior privado, com base nos dados gerais do Instituto Nacional de Estudos



e Pesquisa Educacionais (Inep/MEC) e nos resultados do Exame Nacional de Cursos. Constatam também do trabalho os resultados da Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, elaborados pela Secretaria da Educação Superior. Ano base: 1999.

- *Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2000.* Ano base: 1999

- *Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2001.* Ano base: 2000.

- *Números do Ensino Superior Privado no Brasil 2002.* Ano base: 2001.

ABMES Notícias

A ABMES editou, a partir de 1991, 77 números do jornal ABMES Notícias. Este instrumento de divulgação das atividades da ABMES Notícias é constituído das seguintes partes:

a) editorial, contendo análises e comentários sobre os principais fatos ocorridos na área educacional; b) descrição das atividades realizadas pela ABMES; c) informações sobre reuniões e seminários realizados pelas IES associadas e por outras instituições da área educacional; d) informações sobre as publicações da ABMES e das IES associadas; e) artigos e notícias sobre temas de interesse das IES.

Publicações especiais temáticas

- *Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia.* ABMES, 1995. Contém artigos apresentados no seminário que reuniu especialistas dos países do Mercosul.

- *Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior.* Editora Universa, 1998. Os artigos reunidos neste livro, elaborados por Édson Franco, apontam para as características essenciais do projeto pedagógico, tais como a busca de novos aliados (comunidade/empresa); a conquista

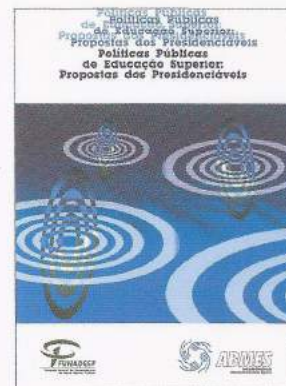
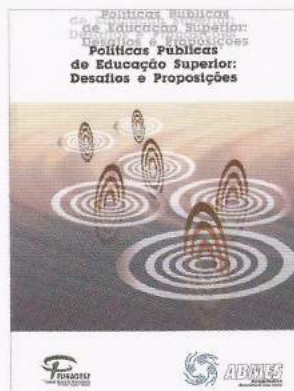


da qualidade; a importância da auto-avaliação e da avaliação externa; o atendimento às necessidades sociais; a valorização da experiência profissional.

● *O ensino superior público e particular e o território brasileiro.* ABMES. 2000. Estudo geográfico do fenômeno da educação superior no país realizado pelos professores Milton Santos e Maria Laura Silveira, demonstrando como o território impõe sua lógica à dinâmica do ensino superior. Os autores analisam nos dois capítulos iniciais os primeiros séculos da história do território brasileiro, discutindo os traços da vida urbana e a produção orientada à exportação como condicionantes da configuração de uma oferta educativa de nível superior. A interiorização do ensino superior, as demandas de novas qualificações e o entendimento desse novo contexto geográfico marcam o terceiro e quarto capítulos. As conclusões do trabalho envolvem as influências recíprocas da educação superior e do território; o jogo e as perspectivas da demanda e da oferta; a educação e a divisão do trabalho e os dilemas do ensino superior e privado.

● *Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições.* ABMES, 2002. Contém os resultados das discussões e dos debates de dois seminários realizados pelas ABMES em abril e em junho de 2002. O primeiro avaliou as políticas implementadas na área de educação do governo Fernando Henrique e o segundo apresentou propostas dos mantenedores das instituições de ensino superior brasileiras. Além disso, a publicação abriga pontos de vista de membros da comunidade científica e do setor empresarial, bem como documento específico, contendo propostas dos mantenedores associados à ABMES, posteriormente entregues aos candidatos à presidência da República.

● *Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições. Propostas dos presidentiáveis.* Transcrição dos depoimentos e dos debates havidos na ABMES com os representantes dos principais candidatos à presidência da República. Contém ainda um quadro comparativo das propostas dos candidatos.



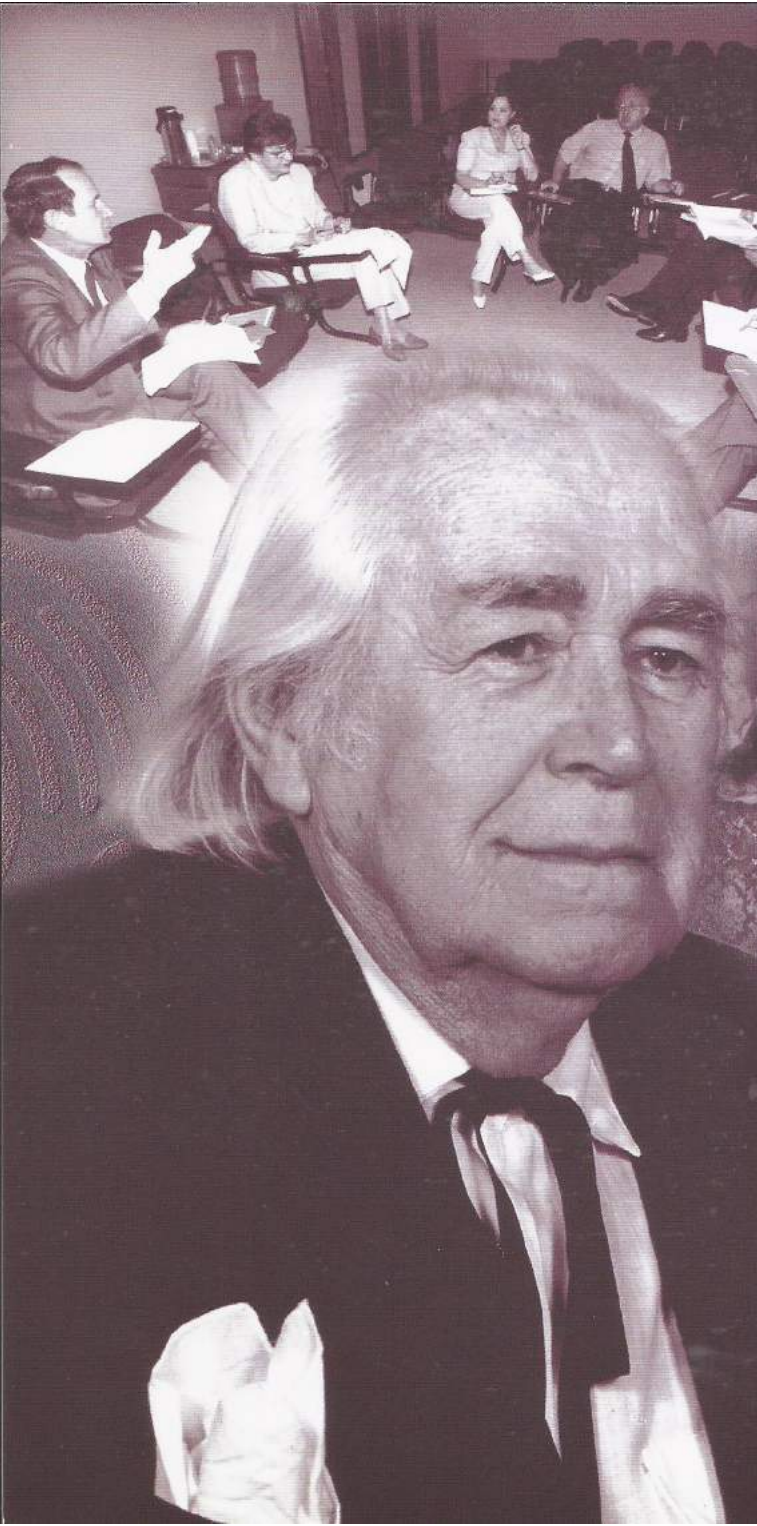
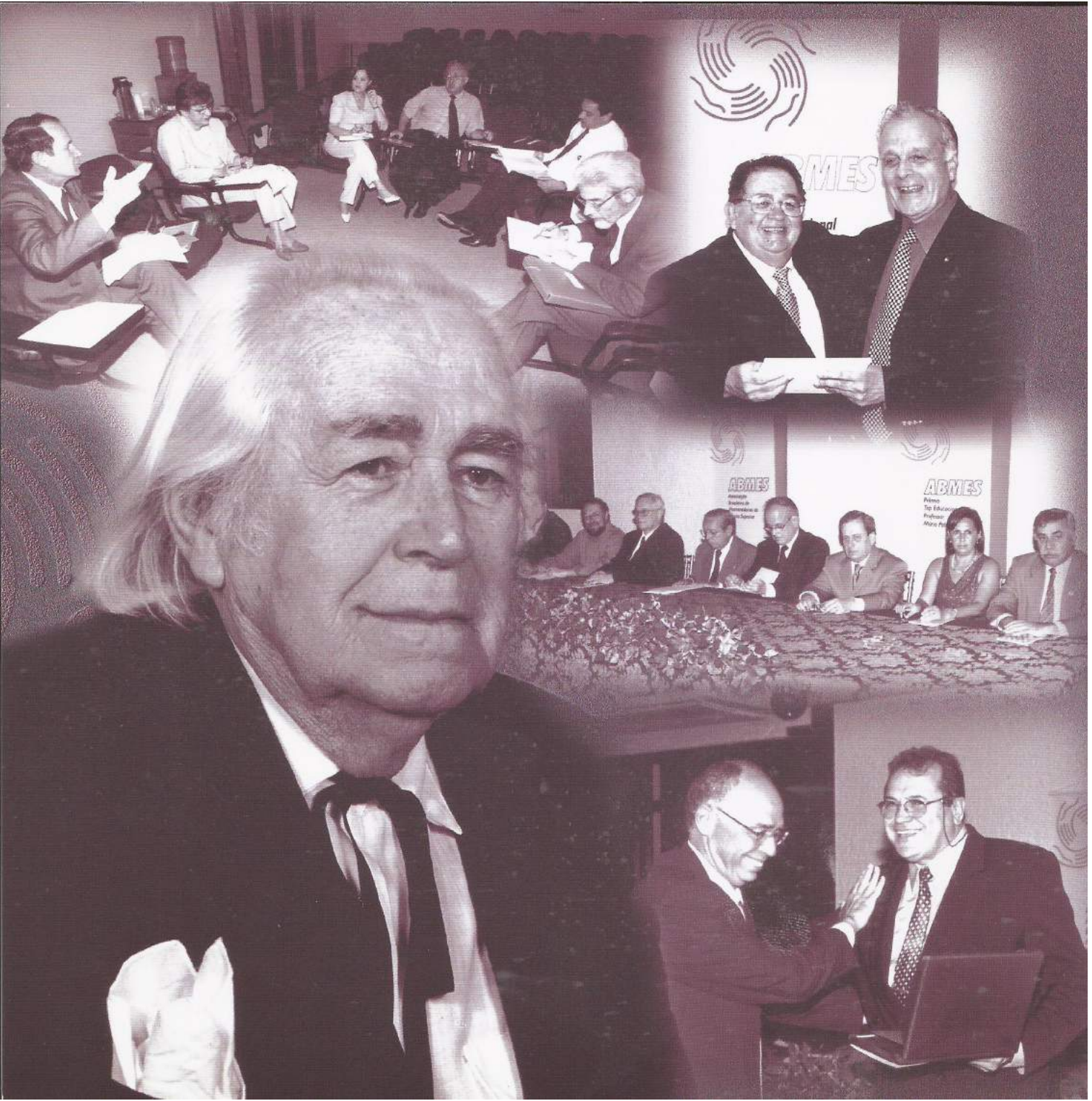
Apoio a publicações

- *Clima organizacional – uma abordagem vivencial*, de Hélio Graça. Brasília: Funadesp, 1999. O autor consegue, de maneira sucinta, abordar o tema, tão importante para a gestão de recursos humanos em qualquer organização, com a clareza daquele que vivenciou o processo, produzindo instrumentos de coleta de dados, desenvolvendo metodologia de tabulação e definindo análises de fatores.
- *A profissão acadêmica no Brasil — As múltiplas facetas do nosso sistema de ensino superior*, de Elizabeth Balbachevsky. Brasília: Funadesp, 1999. Livro que investiga e retrata, de forma original e rigorosa, a diversidade do sistema, as raízes e conseqüências dessa diversidade, utilizando, como foco, a atividade do professor, o que tornou possível delinear os traços mais marcantes desse importante protagonista, bem como sua interação com o ambiente institucional, público ou privado.
- *Anais do Seminário – Gestão de IES: da teoria à prática*. Alberto Fernando Monteiro do Nascimento, Ana Célia Bahia Silva, Édson Franco, Hélio Graça, Sérgio Fiuza de Mello Mendes. Brasília: Funadesp, 1999. Contém textos apresentados no Seminário, realizado em Brasília em dezembro de 1999, com o objetivo de sensibilizar os gestores das instituições de ensino superior particular para a importância do projeto de avaliação institucional, do marketing educacional, da interação necessária da gestão, planejamento e avaliação institucional.
- *A pós-graduação stricto sensu nas IES particulares*. Série Documentos. Brasília: Funadesp, 2000. Nesta publicação estão explicitadas as proposições formuladas a partir de exposições e discussões ocorridas na reunião de Pró-Reitores de Pós-graduação das IES particulares, realizada em Brasília, no dia 04 de julho de 2000.
- *Programas de bolsas de estudo e pesquisa – normas gerais*. Série Documentos. Brasília: Funadesp — 03/2001. O documento sistematiza as Normas Gerais dos Programas de Bolsas

de Estudo e de Pesquisa, voltados primordialmente para a capacitação de recursos humanos e para o fomento à pesquisa, na busca da qualidade do ensino superior particular.

- *Humanização da sociedade — Revolução do Terceiro milênio*, de Oswaldo Della Giustina. Rio de Janeiro: Litteris Editora S/A, 2000. O livro contém proposta para um Projeto Nacional, formulado sobre os fundamentos de uma sociedade humanizada, como alternativa às vertentes capitalistas e socialistas, mais identificadas nos dias atuais como “neo-liberais” ou “terceira-via”.





20 ANOS ABMES

Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério

O Prêmio Top Educacional foi criado pela Resolução n.º 1, de 2 de dezembro de 1992, do presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Édson Franco, com o objetivo de conceder o merecido destaque às propostas inovadoras das instituições de ensino superior públicas e privadas.

A partir de 1997, passou a denominar-se Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério em homenagem ao educador, político, músico, diplomata e escritor, fundador da Universidade de Uberaba, morto em 1996.

De uma forma geral, os projetos das IES têm destacado a preocupação em realizar estudos, pesquisas e ações voltados para as questões sociais mais amplas e para o desenvolvimento de alternativas capazes de promover a melhoria da qualidade do ensino e de atender aos anseios específicos da comunidade. Merecem também destaque as ações voltadas para a implantação de uma cultura de pesquisa e de avaliação nas IES, bem como o desenvolvimento de programas facilitadores da inclusão de portadores de deficiências na escola, no trabalho e no ambiente familiar.

Para fortalecer ainda mais essa iniciativa, a ABMES decidiu oferecer, a partir de 1999, uma premiação em dinheiro ao projeto vencedor e às menções honrosas, e dedicar uma edição anual do ABMES Cadernos à publicação de artigos dos respectivos coordenadores.

A Comissão Julgadora do Prêmio contou com a colaboração dos seguintes professores:

- Alberto Fernando Monteiro do Nascimento (Universidade Católica de Brasília)
- Anna Maria Faria lida (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior)
- Candido Costa Gomes (Senado Federal, Universidade Católica de Brasília)
- Cecília Eugenia Rocha Horta (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior)

- Elvira Maria Pereira de Mello (Secretaria da Educação Superior, SESu/MEC)
- José Roberto Whitaker Penteado (Escola Superior de Propaganda e Marketing)
- Marco Antonio Fabro (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq),
- Maria do Socorro Jordão Emerenciano (Secretaria de Educação/GDF)
- Maurício Lanski (Universidade de Brasília),
- Núbia Maciel (Universidade da Amazônia)
- Raulino Tramontin (CM Consultoria)
- Ronald Braga (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior)
- Rubens de Oliveira Martins (Secretaria da Educação Superior, SESu/MEC)

Top Educacional 1993

Publicação: *ABM Notícias* n. 20, jan. fev. 1994.

1.º lugar

“Programa de integração universidade/escola secundária”,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
(Rio de Janeiro, RJ)

Coordenador: Luiz Carlos Scavarda

Com base na sua experiência de pesquisa atualizada e no interesse pelo ensino de temas modernos, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) iniciou, em agosto de 1992, pelo Departamento de Física, o “Programa de Integração Universidade – Escola Secundária”. O projeto consiste de duas sessões de três horas de duração cada, nas quais os estudantes realizam alguns experimentos. É importante notar que se trata não apenas de ver experimentos atraentes mas fundamentalmente de estudar, com auxílio experimental, conceitos básicos e mecânica, termodinâmica, eletricidade, magnetismo e óptica. Para os alunos, existe ainda a apresentação a um universo normalmente distante do seu



Luiz Carlos Scavarda, 1993



Gláucia Melasso Garcia e Pe. Décio Batista Teixeira, em 1994

cotidiano, o que poderá auxiliá-lo a fazer suas escolhas profissionais com maior consciência. As aulas são gratuitas, dadas por professores e alunos de pós-graduação, escolhidos pela sua capacidade didática e também pelo entusiasmo pelo projeto.

Menções Honrosas

- “Projeto para integração social do portador de deficiência auditiva, por meio da integração com o computador”. Universidade Católica de Petrópolis. (Petrópolis, RJ)
- “Projeto Mescon – Mestrado em convênio” destinado a capacitar docentes de IES localizadas no estado do Rio de Janeiro: Universidade Salgado de Oliveira, Faculdade Integradas Castelo Branco, Universidade do Grande Rio e Universidade de Nova Iguaçu. (Nova Iguaçu, RJ)

Top Educacional 1994

Publicação: *ABMES Notícias* 29, jan. fev. 1995.

1.º lugar

“Programa de alfabetização de adultos” – Universidade Católica de Brasília. (Brasília, DF)

Coordenadora: Gláucia Melasso Garcia

A Universidade Católica de Brasília, atenta aos problemas sociais do Distrito Federal, vem desenvolvendo um conjunto de atividades de grande destaque na comunidade e na região. Este é o caso do “Programa de Alfabetização de Adultos”, visando não só a atender a população circun-dante, como também motivar e colaborar para que outras instituições assumam a causa e se unam no sentido de eliminar da região, o mal do analfabetismo. O Programa foi idealizado com a denominação de “Programa Dom Bosco de Educação de Base” em julho de 1993, iniciando sua implementação em agosto do mesmo ano. Os mais diversos locais têm abrigado turmas de alfabetização: canteiros-de-obra da construção civil, galpões



Vera Lucia Lima, Marcia de Azevedo Arouca e Eliana de Azevedo Arouca, 1995



Mônica Cristina de Moura, 1996

comunitários, escolas das redes pública e privada, residências, salões paroquiais, dependências de órgãos do governo do Distrito Federal e da Universidade Católica de Brasília.

Top Educacional 1995

Publicação: *ABMES Notícias* n. 34, jan. 1996.

1.º lugar

Projeto "Expressão" – Universidade Mogi das Cruzes.
(Mogi das Cruzes, SP)

Coordenadoras: Márcia de Azevedo Arouca, Eliana de Azevedo Arouca e Vera Lucia Pereira Lima.

O "Projeto Expressão" é uma proposta de organização sistemática das atividades ligadas ao ensino de Português, sob qualquer denominação, nos cursos da Universidade de Mogi das Cruzes. Esse projeto nasceu da constatação de que a maioria de alunos dos cursos superiores apresenta dificuldades de expressão escrita e oral, o que acarreta uma interrogação constante e generalizada sobre a eficiência, ou mesmo, continuidade, do ensino de Português nas universidades. Como não basta apontar deficiências ou repetir o óbvio, o Projeto "Expressão" busca soluções e, por isso, sua proposta objetiva integrar teoria e prática por meio da aplicação de exercícios programados para propiciar a internalização das estruturas linguística e a conseqüente fluência da expressão no uso da língua nacional.

Top Educacional 1996

Publicação: *ABMES Notícias* n. 41, dez. 1996.

1.º lugar

"Projeto do curso de Educação Artística" – Faculdade Anhembí Morumbi. (São Paulo, SP)

Coordenadora: Mônica Cristina de Moura



Altamiro Galindo, Célia Galindo e Rosa Persona, 1997



Vilmar Thomé, 1998



A Arte é fundamental para o desenvolvimento pleno do ser humano e da sociedade; é produto de um tempo, das relações e valores sociais, políticos e econômicos, educacionais e culturais. Assim sendo, torna-se amplamente necessária a educação para e por meio da Arte, rumo a uma finalidade profissional e educacional. Analisando tais mudanças e a carência de profissionais no mercado de criação em novas tecnologias, a Anhembi Morumbi, que tem como proposta a criação de cursos diferenciados, atendendo a um mercado carente de profissionais qualificados, desenvolveu o projeto de implantação do curso de Educação Artística com habilitação em Desenho e ênfase em Computação Gráfica e Multimídia.

Menções Honrosas

- Projeto "Inovação curricular no curso de Psicologia" – Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira (Belo Horizonte, MG)

Este Projeto é uma tentativa de resposta à formação tradicional do psicólogo no Brasil. Neste sentido, busca formar um profissional que seja capaz de trabalhar interdisciplinarmente, de compreender as questões sociais mais amplas e de atuar junto às classes populares, nos serviços públicos e privados de atenção à saúde mental.

- Projeto "Sistema modular integrado – uma proposta de inovação curricular". Universidade de Estácio de Sá. (Rio de Janeiro, RJ)

Precedida por estudos aprofundados sobre os êxitos de outras experiências brasileiras que abandonaram o ensino tradicional, este projeto tem como objetivo graduar profissionais altamente diferenciados, por meio da utilização da estrutura curricular modular integrada, preocupados (e preparados) para a necessidade de promover a saúde bucal, na qual a prevenção das doenças tem o enfoque principal.

Top Educacional 1997

Publicação: *ABMES Notícias* n. 49, jan. 1998.

1.º lugar

"Alternativas para um programa de alfabetização de adultos" – Universidade de Cuiabá. (Cuiabá, MT)

Coordenadora: Rosa M. J. Persona

O "Projeto Alfa" da Universidade Cuiabá – Unic – é um programa de alfabetização e pós-alfabetização aberto a trabalhadores do canteiro de obras e dos serviços gerais da instituição, cujas idades variam de 30 a 60 anos. O aluno é incentivado a participar ativamente do processo ensino aprendizagem, adquirindo, assim, o domínio da leitura e da escrita para aprofundar os conteúdos programáticos das séries subseqüentes, conforme seu ritmo de aprendizagem.

Menções Honrosas

- "Nova sistemática para o estágio curricular supervisionado" – Universidade Potiguar. (Natal, RN)

Este trabalho tem por objetivo relatar a implantação de uma nova sistemática de atuação do Estágio Curricular Supervisionado, no curso de Administração e Formação de Executivos da Universidade Potiguar.

- "Laboratório de Serviço Social: a criatividade" – Universidade da Amazônia, Unama. (Belém, PA)

O Laboratório de Serviço Social (LSS) é um espaço pedagógico do curso de Serviço Social da Unama, surgido na segunda metade da década de 80, para encaminhar processos pedagógicos e administrativos relativos às atividades ligadas ao estágio curricular e ao trabalho de conclusão de curso.

Top Educacional 1998

Publicação: *ABMES Notícias* n. 56, jan. fev. 1999.

1.º lugar

“Descentralização da gestão financeira: crédito diferenciado” – Universidade de Santa Cruz do Sul. (Santa Cruz do Sul, RS).

Coordenador: Vilmar Thomé

A necessidade de obter recursos visando à qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão, levou a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) a criar, em 1988, uma estratégia, a do “Crédito diferenciado”, para modificar a situação vigente. Esta opção vem gerando recursos para atender aos investimentos específicos de cada curso de graduação da universidade.

Menções Honrosas

- “Projeto de pesquisa de políticas e de desenvolvimento integral participativo de universos sociais periféricos” – Universidade Católica de Brasília. (Brasília, DF)

Com o advento da globalização da economia, a faixa dos extratos sociais brasileiros marginalizados vem aumentando de maneira progressiva e injusta, alcançando índices alarmantes. Por isso, a Universidade Católica de Brasília (UCB) criou, em março de 1996, o “Projeto de pesquisa de políticas e de desenvolvimento integral participativo de universos sociais periféricos” (Dipar).

- “Projeto Pepalantus” – Centro Universitário Newton Paiva. (Belo Horizonte, MG)

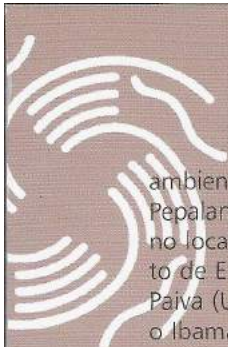
Após setembro de 1998, quem visitou o Parque Nacional da Serra do Cipó percebeu que existe uma conscientização geral dos turistas em relação à preservação



Éfrem Maranhão e Vicente Bohne, 1999



Isaac Roitman e Gabriel Mário Rodrigues, 2000



ambiental da região. E isso é fruto do “Projeto Pepalantus” (nome de uma planta muito comum no local) desenvolvido pelo Laboratório do Departamento de Estudos Turísticos do Centro Universitário Newton Paiva (Unicentro). A partir de um convênio com o Ibama, foi possível criar um trabalho de educação ambiental na Serra do Cipó e também viabilizar o turismo ecológico. O Unicentro torna-se assim a única instituição universitária a adotar um parque nacional.

Top Educacional 1999

Publicação:

ABMES Notícias n. 63, mar. abr. 2000

ABMES Notícias n. 64, maio jun. 2000

ABMES Cadernos n. 5, abril 2001

1.º lugar

“Projeto pedagógico do curso de Medicina”.
Universidade São Francisco. (Bragança Paulista, SP)

Coordenador: Sérgio Luiz Martin Nardy

A mudança curricular do “Projeto pedagógico do curso de Medicina” tem como meta criar oportunidades para mudanças no comportamento humano que não poderão ser obtidas com as propostas tradicionais de formação nesta área. “O médico requisitado pelas estruturas de saúde impostas pelas diferentes nações deverá ser um cidadão compromissado com os seus semelhantes, compreendendo-os com seres integrais sujeitos às interferências do ambiente e de suas psiques”. Para atingir este perfil, o curso passou a implementar a metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) derivada da teoria de que a aprendizagem é um processo pelo qual quem aprende constrói, ativamente, o conhecimento.



Seminário sobre os projetos vencedores do Top Educacional, 2000



Paulo Newton Paiva, Édson Franco e Rosana Antunes, 2001

Menções Honrosas

- Projeto "O jornal-laboratório *Revelação* e a humanização da narrativa jornalística". (Universidade de Uberaba, MG)

Diferentemente de uma atitude passiva profissional, o curso de Comunicação Social da instituição adota uma postura proativa sintonizada com ilhas de excelência que viabilizam a transformação da atividade jornalística e com a emergência de promissores novos paradigmas, em diferentes campos do conhecimento. Dentre as medidas implementadas para a reformulação do projeto do curso, estão a inclusão de conceitos inovadores (entrevista de compreensão, jornalismo literário e transdisciplinariedade); de práticas desinibidoras de texto e de ferramentas culturais.

- "Pólo de modernização tecnológica. Universidade de Santa Cruz do Sul. (Santa Cruz do Sul, RS)

O Pólo de Modernização Tecnológica, do Vale do Rio Pardo é um instrumento de integração da Universidade de Santa Cruz do Sul com os diversos parceiros do espaço local e regional. Este projeto – que atua em região de grande desenvolvimento econômico e de localização privilegiada no estado do Rio Grande do Sul, congregando vinte e quatro municípios, numa área de mais de 15.000 km² – tem como objetivo fomentar o desenvolvimento regional sustentado, por meio da execução de projetos de pesquisa e extensão e da prestação de serviços de natureza científica, tecnológica, social e econômica, sendo a interface natural entre as demandas da comunidade e do meio acadêmico.

Top Educacional 2000

Publicação:

ABMES Notícias n. 70, maio jun. 2001

ABMES Cadernos n. 6, maio 2001

1.º lugar

Projeto "Implantação da cultura de pesquisa na Universidade Mogi das Cruzes". Universidade Mogi das Cruzes. (Mogi da Cruzes, SP)

Coordenador: Isaac Roitman

Com esta iniciativa, a UMC estabeleceu as metas de um plano ambicioso de conquista da excelência acadêmica, privilegiando a implantação da pesquisa e da pós-graduação, de forma integrada às atividades de ensino e extensão.

Menções Honrosas

- "Ser acadêmico – Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes", da Universidade Cidade de São Paulo (São Paulo, SP), transformou a Unicid em referência nacional de estudo, pesquisa e prática de atendimento a portadores de necessidades especiais – crianças, jovens, adultos e idosos deficientes.

- "Integração dos sistemas de avaliação interna e externa como instrumento de tomada de decisão". Universidade do Vale do Itajaí. (Itajaí, SC)

O projeto vem permitindo não só a definição dos indicadores comuns de avaliação em cada modalidade como também a discussão e o planejamento de ações institucionais pedagógicas administrativas.

Top Educacional 2001

Publicação:

ABMES Notícias 75, abr. jun. 2002

ABMES Cadernos 7, maio 2002

1.º lugar

“A universidade por um trânsito mais humano”. Centro Universitário Newton Paiva. (Belo Horizonte, MG)

Coordenadora: Rosana Antunes

O Unicentro Newton Paiva criou o Núcleo de Humanização do Trânsito, espaço multidisciplinar, uma vez que contempla, com sua metodologia, os saberes dos diferentes cursos, voltado para a redução da violência no trânsito. As ações do Núcleo de Humanização do Trânsito concentram-se em conscientizar crianças, jovens e adultos, transformando-os em instrumentos de propagação de um trânsito mais humano e ordenado, gerando hábitos saudáveis e atitudes construtivas para o bem-estar da comunidade.

Menção Honrosa

- “Projeto fortalecimento das atividades de extensão e suas repercussões no ensino e na pesquisa da graduação” – Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. (Coronel Fabriciano, MG)

As ações do Unileste, de grande alcance social, envolvem educação de jovens e adultos; reforço escolar; práticas desportivas; inclusão de portadores de necessidades sociais; trabalho com mães, pais e crianças; formação continuada e capacitação de professores.



25 ANOS ABMES

Diretoria

A Assembléia de constituição da ABMES, realizada no dia 30 de agosto de 1982, presidida por Electro Bonini, da Associação de Ensino de Ribeirão Preto, aprovou o Estatuto e elegeu como primeiro presidente Candido Mendes, da Sociedade Brasileira de Instrução, que permaneceu neste cargo, sempre por aclamação, por mais três gestões, até 1.º de abril de 1992. Nesta data, foi eleito presidente da ABMES Édson Franco, da Associação Paraense de Ensino e Cultura. Também por aclamação, Édson permanece presidente até o momento atual. Na gestão 1998-2001, o vice-presidente, Gabriel Mário Rodrigues, esteve no exercício da presidência no período de 3 de fevereiro de 1999 a 14 de setembro de 1999.

Electro Bonini, graduado em Odontologia, Direito e Pedagogia, é chanceler e presidente da mantenedora da Universidade Ribeirão Preto. Presidiu a reunião de criação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, tendo sido eleito o primeiro vice-presidente. Bonini foi agraciado com os títulos de Comendador da Cruz do mérito Jurídico e de Cidadão Ribeirãopretano.

Candido Antonio Mendes de Almeida, bacharel em Direito e Filosofia, doutor em Direito, professor universitário, é presidente da Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) e Reitor da Universidade Candido Mendes. Membro da Academia Brasileira de Letras, é autor de inúmeras obras, dentre as quais se destacam: *A interpelação limite*. Educam, 1997; *A presidência afortunada – depois do real, antes da social democracia*, Record, 1999. *O país da paciência – trégua e alternativa*. Record, 2000. *Social democracia e desglobalização* (com Alain Touraine). Educam, 2001.

Vera Costa Gissoni, graduada em Administração, ex vice-presidente da ABMES, é chanceler da Universidade Rio Branco, da qual foi a primeira reitora. Vera é Coordenadora Nacional da Rede de Programa de Escolas Associadas à Unesco - Rede PEA-Unesco, sendo por esta Associação considerada, em 1998, Coordenadora Nacional de Destaque.

Presidentes e vice-presidentes da gestão atual

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, professor, advogado e jornalista, professor universitário, é presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior e do Conselho Curador da Fundação de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular e reitor da Universidade da Amazônia. Membro da Academia Paraense de Letras, é autor de inúmeros artigos na área da educação superior e do livro *Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior*. Brasília: Universa, 1998.

Gabriel Mário Rodrigues, professor e arquiteto, é vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, presidente do Instituto Universidade Virtual Brasileira e reitor da Universidade Anhembi Morumbi.

Manoel Ceciliano Salles de Almeida é bacharel em Direito e em História e Geografia, mestre e doutor em Educação. Ex-reitor da Universidade federal do Espírito Santo, ocupa hoje os cargos de vice-presidente do ABMES e de reitor do centro Universitário de Vila Velha, ES.

Antonio Carbonari Neto é licenciado em Matemática, especialista em Educação Matemática, mestre em Gestão Universitária, mestre em Administração Educacional, doutorando em Administração Educacional. Ocupa hoje os cargos de vice-presidente da ABMES e de reitor do Centro Universitário Anhanguera, SP.



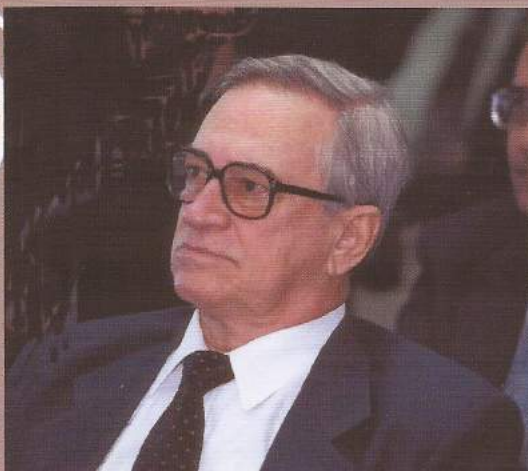
Vera Gissoni e Candido Mendes



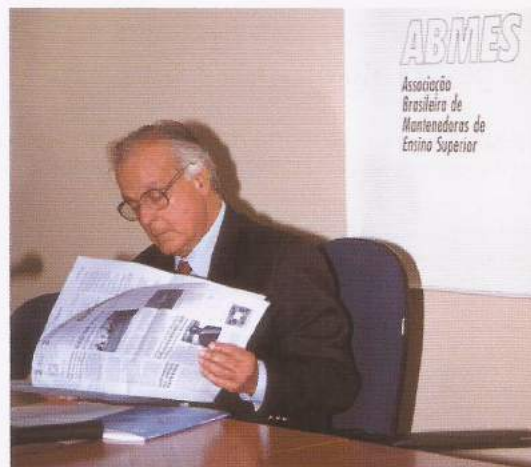
Pe. Décio Batista Teixeira, Édson Franco, Vera Gissoni e Gabriel Mário Rodrigues



Antônio Carbonari



Manuel Ceciliano Salles de Almeida



Gabriel Mário Rodrigues



Pe. Décio Batista Teixeira, Manoel Barros, André Mendes, Manuel Ceciliano Salles de Almeida, Gilbert Wesley Archibald, Fabrício Vasconcelos, Édson Franco e Gabriel Mário Rodrigues



Édson Franco, Manoel Ceciliano Salles de Almeida, Gabriel Mário Rodrigues, Cecílio Pinto, Gilbert Wesley Archibald e Antônio Carbonari



Centro Universitário Via Veia



UNIVERSIDADE
POTIGUAR



NEWTON PAIVA



UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

UCAM

Universidade de Itaboraí



Mackenzie



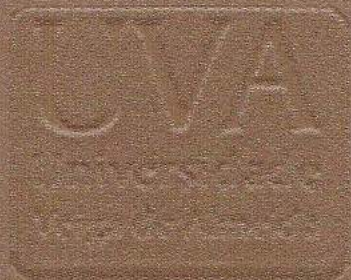
UNISUL



FIAP
Faculdade de Informática
e Administração Paulista



UNIVATES
CENTRO UNIVERSITÁRIO

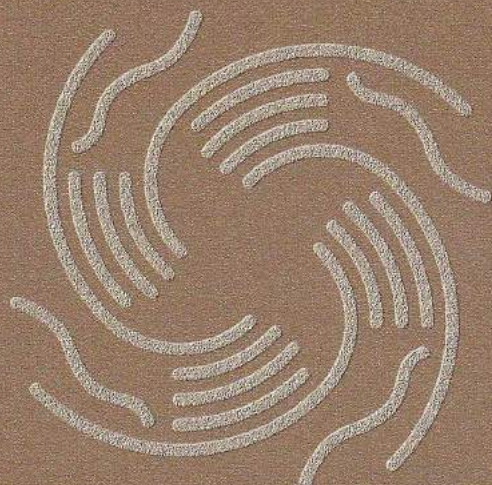


UNESP



FA
FACULDADE 7 DE SETEMBRO

20 ANOS ABMES



Instituições
mantenedoras associadas*

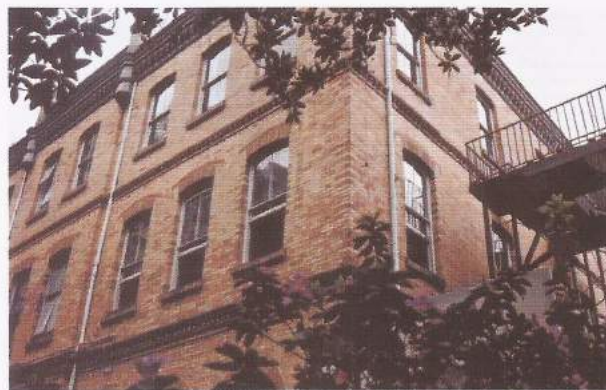
1. Administração de Ensino Superior de Guarapari
2. Administradora Educacional Santos Ltda.
3. Aeso Ensino Superior de Olinda Ltda.
4. AMC - Serviços Educacionais S/C Ltda.
5. Associação Amapaense de Ensino e Cultura
6. Associação Baiana de Educação e Cultura
7. Associação Baiana de Educadores Pró-Ciência e Cultura S/C Ltda
8. Associação Baiana de Ensino Superior
9. Associação Brasil Central de Educação e Cultura
10. Associação Brasileira de Ensino Universitário
11. Associação Catalana de Educação
12. Associação Comercial Industrial de Ituiutaba
13. Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Uberaba
14. Associação Cristã Evangélica Sul Americana
15. Associação Cultural e Educacional da Bahia
16. Associação Cultural e Educacional de Franca
17. Associação Cultural e Educacional do Pará
18. Associação de Ensino de Botucatu
19. Associação de Ensino de Cambé
20. Associação de Ensino de Campo Grande
21. Associação de Ensino de Marília Ltda.
22. Associação de Ensino de Ribeirão Preto
23. Associação de Ensino e Cultura "Pio Décimo" S/C Ltda.
24. Associação de Ensino e Pesquisa "Graccho Cardoso" S/C Ltda.
25. Associação de Ensino e Pesquisa de Unaí
26. Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário
27. Associação de Ensino Novo Ateneu
28. Associação de Ensino Superior da Amazônia
29. Associação de Ensino Superior e Tecnológico do Piauí – AEST
30. Associação de Ensino Superior São Judas Tadeu
31. Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal S/C Ltda.
32. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís
33. Associação de Pesquisa e Ensino Superior do Bahia
34. Associação Desportiva e de Educação Juvenil
35. Associação Educacional Americanense

*As mantenedoras assinaladas no texto e as não associadas que se seguem são instituidoras da ABMES: Associação Educacional e Cultural Geraldo Rezende; Associação Fluminense de Educação; Centro de Estudos de Comércio Exterior - Paraná; Fubrae/Facen/RJ; Fundação Átila Taborda; Fundação de Educação e Cultura Espírita Paraná; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fusue; Organização Educacional Barão de Mauá; Sesat/RJ; Silva e Souza Sociedade Educacional RJ; Sociedade Educacional Professor Nuno Lisboa; Universidade Católica de Salvador.

36. Associação Educacional Boa Viagem 37. Associação Educacional de Araras 38. Associação Educacional de Ensino Superior de São José do Rio Preto **39. Associação Educacional do Litoral Santista** 40. Associação Educacional do Planalto Central 41. Associação Educacional Dom Bosco 42. Associação Educacional Machado de Assis 43. Associação Educacional Nossa Senhora Aparecida 44. Associação Educacional Nove de Julho 45. Associação Educacional Plínio Leite 46. Associação Educacional Presidente Dutra 47. Associação Educacional Souza Graff S/C Ltda **48. Associação Educacional Veiga de Almeida** 49. Associação Educativa Evangélica **50. Associação Goiana de Ensino** 51. Associação Interlagos de Educação e Cultura 52. Associação Jacareense de Educação e Cultura 53. Associação Jataiense de Educação 54. Associação Lemense de Educação e Cultura 55. Associação Lençoense de Educação e Cultura 56. Associação Limeirense de Educação 57. Associação Metropolitana de Ensino Superior 58. Associação Olindense Dom Vital de Ensino Superior 59. Associação Piauiense de Educação e Cultura 60. Associação Potiguar de Educação e Cultura 61. Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura 62. Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul **63. Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo** 64. Associação Recifense de Educação e Cultura 65. Associação Região Tocantina de Educação e Cultura S/ C Ltda. 66. Associação Religiosa e Beneficente Jesus Maria José 67. Associação Rolandense de Ensino e Cultura **68. Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura** 69. Associação Santa Marcelina 70. Associação São Bento de Ensino 71. Associação Sergipana de Administração S/C Ltda 72. Associação Tibirigá de Educação 73. Associação Universitária do Vale do Aço 74. Associação Universitária Santa Úrsula 75. Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura 76. Associação Vitoriana de Ensino Superior 77. Autarquia Municipal de Ensino Superior de Goiana 78. Brasil Central de Educação e Cultura 79. Campanha Nacional de Escolas da Comunidade 80. Centro de Apoio de Vivências Agrárias 81. Centro de Ciências de Jussara 82. Centro de Educação Superior de Brasília



Faculdades Batista – Campus Perdizes, SP



Universidade Presbiteriana Mackenzie – Campus São Paulo, Itambé

83. Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. 84. Centro de Ensino Nobel S/C Ltda. 85. Centro de Ensino São Judas Tadeu 86. Centro de Ensino Superior de Campo Grande 87. Centro de Ensino Superior de Dracena 88. Centro de Ensino Superior de Maringá 89. Centro de Ensino Superior de Rondonópolis **90. Centro de Ensino Unificado de Brasília** 91. Centro de Ensino Unificado de Teresina 92. Centro de Ensino Unificado do Maranhão S/C Ltda. 93. Centro de Estudos Avançados do Pará 94. Centro de Estudos Superiores Planalto 95. Centro de Estudos Superiores Positivo 96. Centro de Estudos Unificados Bandeirantes 97. Centro de Formação Profissional Bezerra de Araújo Ltda. 98. Centro Educacional Alves Faria Ltda 99. Centro Educacional de Formação Superior 100. Centro Educacional de Ivaiporã **101. Centro Educacional de Realengo** 102. Centro Educacional Hyarte 103. Centro Hispano Brasileiro de Cultura Ltda. 104. Centro Regional de Cultura 105. Centro Tecnológico Cambury Ltda. 106. Colégio Técnico João Paulo Segundo 107. Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda. 108. Comunidade Evangélica Luterana São Paulo 109. Congregação de Santa Dorotéia do Brasil 110. Consultime Instituto de Ensino 111. Dom Bosco Ensino Superior S/C Ltda. 112. E. de L. e Lima & CIA Ltda. 113. Empreendimentos Culturais e Educ. da Bahia Ltda. 114. Empresa Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A. 115. Empresa Capixaba de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A 116. Facs S/C 117. Faculdades Metropolitanas Unidas - Associação Educacional 118. Febsp Sociedade Civil 119. FEFISA - Centro Educacional João Ramalho S/C Ltda 120. Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho 121. Fundação Assis Gurgacz 122. Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica 123. Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade 124. Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio 125. Fundação Comunitária Tricordiana de Educação 126. Fundação Comunitária, Científica e Cultural de Boa Esperança 127. Fundação Cultural de Araxá **128. Fundação Cultural de Belo Horizonte** 129. Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo 130. Fundação de Assistência e Educação 131. Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas 132. Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha 133. Fundação de Rotarianos de São Paulo 134. Fundação Dois de Julho 135. Fundação Dom Aguirre 136. Fundação Edson Queiroz 137. Fundação Educacional Comunitária Formiguense 138. Fundação Educacional da Região dos Lagos 139. Fundação Educacional de Anicuns 140. Fundação Educacional de Caratinga 141. Fundação Educacional de Curvelo 142. Fundação Educacional de Duque de Caxias **143. Fundação Educacional de Ituiutaba** 144. Fundação Educacional de Machado 145. Fundação Educacional de Votuporanga 146. Fundação Educacional Dom André Arcoverde 147. Fundação Educacional Filgueiras Lima 148. Fundação Educacional Jayme de Altavila 149. Fundação Educacional Lucas Machado 150. Fundação Educacional Machado de Assis **151. Fundação Educacional Machado Sobrinho** 152. Fundação Educacional Monsenhor Messias 153. Fundação Educacional Nordeste Mineiro 154. Fundação Educacional para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias 155. Fundação Educacional Presidente Castelo Branco 156. Fundação Educacional Rosemar Pimentel **157. Fundação Educacional Serra dos Órgãos** 158. Fundação Educacional Severino Sombra 159. Fundação Educacional Unificada Campograndense 160. Fundação Educandário Santarritense 161. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado 162. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo 163. Fundação Escola Superior de Estatística da Bahia 164. Fundação Francisco Mascarenhas 165. Fundação Instituto de Ensino para Osasco 166. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações 167. Fundação Karnig Bazarian 168. Fundação Mineira de Educação e Cultura 169. Fundação Municipal de Ensino de Birigui 170. Fundação Octacílio Gualberto 171. Fundação Oswaldo Aranha 172. Fundação para Desenvolvimento das Ciências 173. Fundação Paulista de Tecnologia e Educação 174. Fundação Percival Farquhar 175. Fundação São João Batista 176. Fundação São Miguel Arcanjo 177. Fundação Sul Mineira de Ensino **178. Fundação Técnico Educacional Souza Marques** 179. Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina


180. Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social 181. Fundação Valeparaibana de Ensino 182. Fundação Visconde de Cairu 183. Grupo Integrado de Ensino Superior 184. IBMEC Educacional AS 185. Inspetoria São João Bosco 186. Instituição Educacional São Judas Tadeu 187. Instituição Educacional São Miguel Paulista 188. Instituição Luso-Brasileira de Educação e Cultura S/C Ltda **189. Instituição Moura Lacerda** 190. Instituto Americano de Lins da Igreja Metodista 191. Instituto Anhanguera de Ciências e Tecnologia 192. Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras **193. Instituto Brasileiro de Contabilidade** **194. Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação** 195. Instituto Católico de Minas Gerais 196. Instituto Compacto de Ensino Superior e Pesquisa 197. Instituto Coração de Jesus **198. Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.** 199. Instituto de Ensino Superior da Amazônia 200. Instituto de Ensino Superior de Vitória 201. Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida 202. Instituto Educacional do Espírito Santo 203. Instituto Educacional Irineu Evangelista de Souza 204. Instituto Educacional Piracicabano 205. Instituto Educacional Seminário Paulopolitano 206. Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia 207. Instituto Filadélfia de Londrina 208. Instituto Granbery da Igreja Metodista 209. Instituto Jundiense de Educação e Cultura 210. Instituto Maria Imaculada **211. Instituto Metodista Bennett** 212. Instituto Metodista de Educação e Cultura 213. Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda. 214. Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa 215. Instituto Presbiteriano Mackenzie 216. Instituto Radial de Pesquisa – IREP 217. Instituto Rui Barbosa do Brasil Ltda. 218. Instituto Santanense de Ensino Superior 219. Instituto Santareno de Educação Superior **220. Instituto Superior de Comunicação Publicitária** 221. Instituto Superior de Cultura Capixaba 222. Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd 223. Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa 224. Instituto Vale do Cricaré S/C Ltda **225. Instituto Vianna Júnior Ltda.** 226. Institutos Paraibanos de Educação 227. Missão Salesiana de Mato Grosso

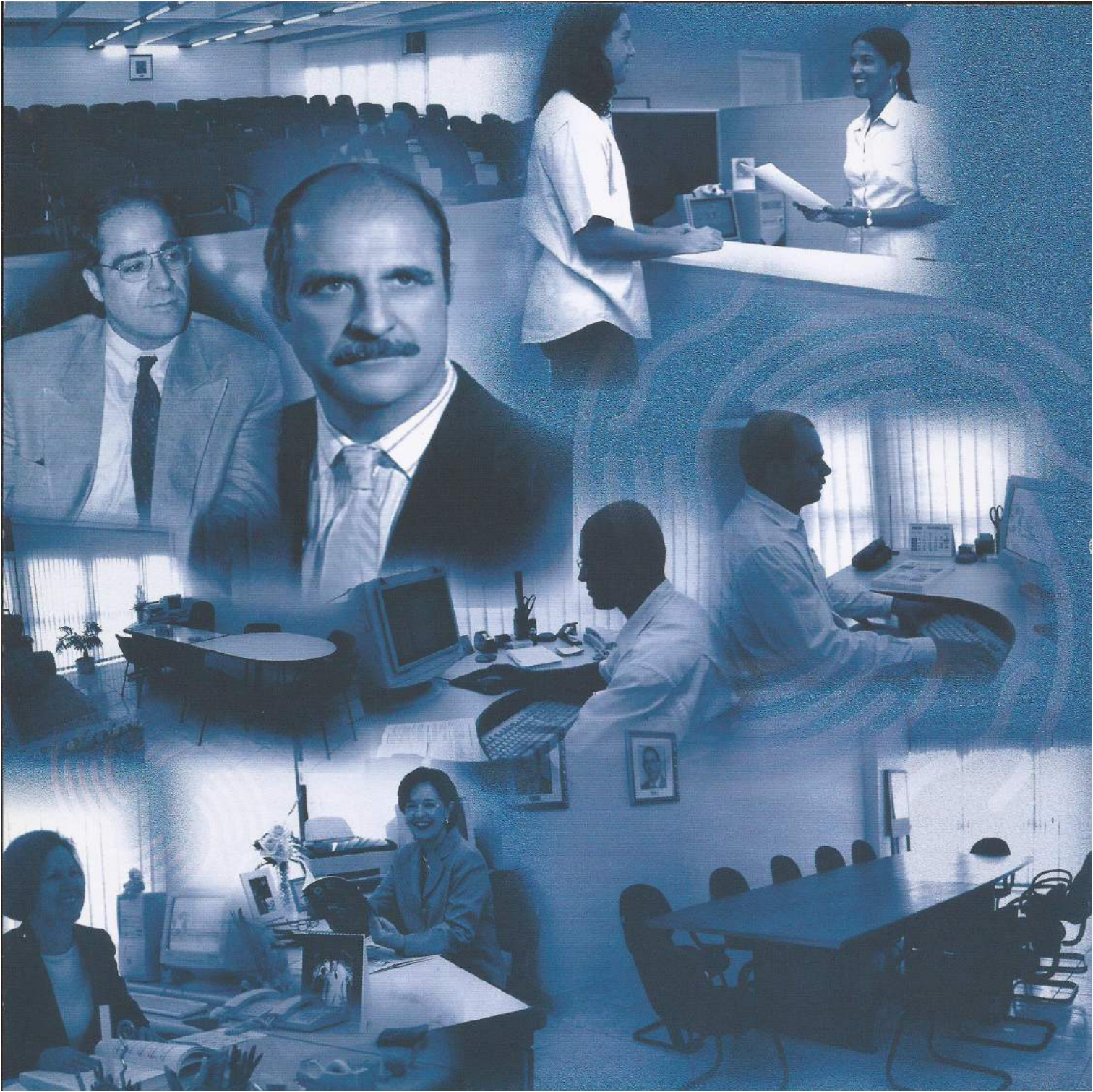


Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro, RJ



Universidade Metodista de São Paulo – São Paulo, SP

- 
228. Organização Educacional Artur Fernandes S/C Ltda.
229. Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura
230. Organização Mogiana de Educação e Cultura
231. Organização Paranaense de Estudos Superiores S/C Ltda.
232. Organização Santo Andreense Educação e Cultura
233. Santa Casa de Misericórdia da Paraíba 234. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac/SP
235. Sociedade Amazonense de Educação e Cultura
236. Sociedade Assistencial de Educação e Cultura
237. Sociedade Baiana de Educação Empresarial
238. Sociedade Barramansense de Ensino Superior
239. Sociedade Bom Jesus de Cuiabá **240. Sociedade Brasileira de Instrução** 241. Sociedade Capixaba de Educação Ltda. 242. Sociedade Caruaruense de Ensino Superior 243. Sociedade Civil Cultura e Educação
244. Sociedade Civil de Educação Braz Cubas 245. Sociedade Civil de Educação São Marcos 246. Sociedade Civil Educacional Tuiuti Ltda. 247. Sociedade Cultural de Andradina S/C Ltda. **248. Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul** 249. Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas 250. Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca 251. Sociedade de Educação e Cultura de Goiás 252. Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio **253. Sociedade de Educação Ritter dos Reis** 254. Sociedade de Ensino de Caldas Novas Ltda. 255. Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu 256. Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá 257. Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá 258. Sociedade de Ensino Superior Mozarteum
259. Sociedade de Ensino Superior Pinheiro Guimarães
260. Sociedade de Ensino Superior Professora Fernanda Bicchieri Soares 261. Sociedade de Ensino Superior S/C Ltda. 262. Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/C Ltda 263. Sociedade Educacional de Viana 264. Sociedade Educacional do Espírito Santo 265. Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul 266. Sociedade Educacional e Cultural de Divinópolis Ltda. 267. Sociedade Educacional Ideal 268. Sociedade Educacional Mater Christi Ltda. 269. Sociedade Educacional Matogrossense
270. Sociedade Educacional Santa Marta Ltda.
271. Sociedade Educacional São Paulo
272. Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo
273. Sociedade Educacional Uberabense 274. Sociedade Educacional Unifas 275. Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba 276. Sociedade Integral de Ensino 277. Sociedade Interativa de Educação e Cultura 278. Sociedade Madeira de Ley 279. Sociedade Objetivo de Ensino Superior 280. Sociedade Padre Anchieta de Ensino S/C Ltda 281. Sociedade Paranaense de Ensino e Informática
282. Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro
283. Sociedade Povir Científico 284. Sociedade Propagadora das Belas Artes 285. Sociedade Propagadora Esdeva 286. Sociedade Riopretense de Ensino e Educação Ltda 287. Sociedade Universitária Gama Filho **288. União Brasileira de Educação e Cultura** 289. União Brasileira de Ensino Superior e Pesquisa S/C Ltda. 290. União da Associação Educacional Sul Matogrossense 291. União das Escolas Superiores Campomaiorenses 292. União das Escolas Superiores de Cuiabá 293. União das Escolas Superiores de Jaboatão 294. União das Escolas Superiores de Porto Velho 295. União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda. 296. União das Faculdades de Alta Floresta 297. União das Faculdades de Tangará da Serra **298. União de Educação e Cultura Gildásio Amado** 299. União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe Ltda. **300. União de Ensino Superior do Pará** 301. União de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão Cenid Ltda. 302. União de Escolas Superiores Paraíso Ltda. **303. União de Negócios e Administração Ltda.** 304. União Dinâmica de Faculdades Cataratas **305. União Educacional de Brasília** 306. União Educacional de Cascavel 307. União Educacional do Médio Oeste Paranaense Ltda. 308. União Educacional do Planalto Central 309. União Educacional Minas Gerais S/C Ltda. 310. União Empresarial Educacional Ltda. 311. União Metropolitana de Educação e Cultura 312. União Norte do Paraná de Ensino 313. União para a Formação, Educação e Cultura do ABC 314. União Paranaense de Ensino e Cultura **315. União Pioneira de Integração Social** 316. União Social Camiliana 317. Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão 318. Unidade de Ensino de Ciências da So-ciedade 319. Unidade de Ensino Superior de São Luís do Maranhão 320. UNIVERSO – Goiânia



20 ANOS ABMES

Estrutura operacional
e espaço físico



O aumento significativo da área de atuação da ABMES foi acompanhado de uma série de mudanças e de melhorias na infra-estrutura e no espaço físico. Funcionando inicialmente em três pequenas salas do Edifício Radio Center, na W3 Norte, a ABMES dispõe hoje de sete salas no Edifício Torre Pátio Brasil Shopping, no Setor Comercial Sul, local nobre de Brasília.

Pessoal especializado, instalações confortáveis e arejadas, equipamentos modernos propiciam a agilização dos processos operacionais internos e externos.

ABMES amplia espaço físico e homenageia associados

No amplo Auditório Víctorio Lanza realizam-se as grandes reuniões e na Sala de Homenagens as reuniões da diretoria da ABMES.

Víctorio Lanza Filho, engenheiro agrimensor, sociólogo e pós-graduado em Sociologia Urbana, membro do grupo de mantenedores que instituíram a ABMES, foi presidente da Associação Educacional do Litoral Santista, mantenedora do Centro Univesitário Monte Serrat (Santos, SP). As sementes de sua principal obra germinaram e a Unimonte ocupa hoje um lugar de destaque no cenário educacional, situando-se entre as mais respeitadas instituições de ensino superior do país.

Sérgio Magalhães e **Paulo de Lima** inauguraram com suas fotos a Sala de Reuniões da ABMES. Ambos fundaram no estado de Goiás a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, o Centro de Ensino Superior de Catalão e o Centro de Ensino Superior de Jatá. Membros da ABMES desde a sua fundação, exerceram nesta casa cargos de diretoria.

Víctorio, Sérgio e Paulo tinham algo em comum: para eles a ABMES sempre foi espaço de luta pelo crescimento e fortalecimento do ensino superior particular.

Impresso em papel couchê fosco 115 g/m² no miolo e Duo Design 340 g/m² na capa. Tipografia: Humanist 777 LT BT corpo 10, entrelinha 12 no texto e Humanist 777 LT BT corpo 30, entrelinha 36 nos títulos. Fotolito e impressão: Athalaia Gráfica e Editora, Tiragem: 1.300.

